



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS FASA
CURSO: COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO: JORNALISMO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA
ÁREA: JORNALISMO POLÍTICO
PROFESSOR ORIENTADOR: LUIZ CLÁUDIO FERREIRA

PARLAMENTARES PERGUNTAM, JORNALISTAS RESPONDEM

Numa inversão de papéis, 25 parlamentares da CPMI dos Correios questionam profissionais que cobriram uma das maiores crises políticas da história recente do Brasil.

ANA LUISA MATHIAS DE SOUZA
MATRICULA Nº 2.034.437/7

Brasília/DF, maio de 2006

ANA LUISA MATHIAS DE SOUZA

PARLAMENTARES PERGUNTAM, JORNALISTAS RESPONDEM

Numa inversão de papéis, 25 parlamentares da CPMI dos Correios questionam profissionais que cobriram uma das maiores crises políticas da história recente do Brasil.

Monografia de conclusão de curso apresentado ao Centro Universitário de Brasília - UniCeub, como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em Comunicação Social – Jornalismo, orientado pelo Prof. Esp. Luiz Cláudio Ferreira.

BRASÍLIA
2006

ANA LUISA MATHIAS DE SOUZA

PARLAMENTARES PERGUNTAM, JORNALISTAS RESPONDEM

Numa inversão de papéis, 25 parlamentares da CPMI dos Correios questionam profissionais que cobriram uma das maiores crises políticas da história recente do Brasil.

Projeto de pesquisa apresentado ao Centro Universitário de Brasília - UniCeub, como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em Comunicação Social – Jornalismo, orientado pelo Prof. Esp. Luiz Cláudio Ferreira

Prof. Orientador Luiz Cláudio Ferreira

Prof. Examinador

Prof. Examinador

BRASÍLIA
2006

Aos jornalistas Augusto Nunes e Helena Chagas por todas as gentilezas.

Aos parlamentares pelas perguntas e aos jornalistas pelas respostas

RESUMO

Parlamentares como repórteres. Jornalistas como entrevistados. Nessa inversão de papéis, perguntas que demonstram, claramente, o que os deputados e senadores gostariam de saber da imprensa. Os membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que iniciaram em 2005 as investigações de irregularidades em contratos dos Correios, participam deste trabalho na condição de “entrevistadores”, sendo as respostas dadas pelos jornalistas que estiveram presentes na crise do mensalão. O início, o meio e o resultado da crise é a base deste projeto.

Palavras-chaves: Crise política, política e governo, mensalão, corrupção, Luís Inácio Lula da Silva, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Partido dos Trabalhadores, imprensa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - Os “personagens”	14
1.1 Conheça os “repórteres”.....	14
1.2 Conheça os “entrevistados”.....	18
CAPÍTULO 2 – Perguntas, respostas, explicações – o microfone está aberto.....	22
2.1 Audiência, comunicação de massa e comportamento.....	22
2.2 Por dentro do tema.....	24
2.3 Parlamentares querem opinião dos jornalistas sobre a CPMI.....	26
2.4 Por dentro do tema.....	26
2.5 Imparcialidade, precisão das informações e sigilo.....	28
2.6 Por dentro do tema.....	29
2.7 Das contas no exterior.....	33
2.8 Por dentro do tema.....	33
2.9 Da Corrupção.....	34
2.10 Por dentro do tema.....	35
2.11 Da imparcialidade e versões publicadas.....	37
2.12 Por dentro do tema.....	39
2.13 Da incredulidade.....	41
CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS.....	50

INTRODUÇÃO

Um aparte, excelência!

Parlamentares como repórteres. Jornalistas como entrevistados. Nessa inversão de papéis, perguntas que demonstram, claramente, o que os deputados e senadores gostariam de saber da imprensa. Os membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que iniciaram em 2005 as investigações de irregularidades em contratos dos Correios, foram convidados a participar deste trabalho na condição de “entrevistadores”.

Está certo que nas sessões de investigação, acostumaram-se a perguntar. Curiosamente, em grande parte das perguntas, há muito de respostas. Mostram, por exemplo, nitidamente, conceitos que eles têm dos profissionais da notícia e até a opinião embutida que eles têm deles mesmos. Só precisam da chancela de uma resposta.

O jornalista, então, responde. É realmente uma condição em que os 25 profissionais da notícia convidados a responder perguntas de parlamentares não estão acostumados. O dia-a-dia do repórter é perguntar. Não é ser questionado. E vê-se que, pelas respostas, defendem com unhas e dentes a profissão que lhes confere o ganha-pão e mais: consideram-se verdadeiros defensores da sociedade, respondem, às vezes, por toda a sociedade.

São perguntas e respostas que mostram o que, afinal, a fonte quer saber do jornalista. Este projeto tem por objetivo tratar a fonte-jornalismo de uma maneira inversa. Vinte e cinco parlamentares da CPMI dos Correios fizeram uma pergunta à imprensa, ao longo dos meses de janeiro e fevereiro deste ano. Eles atuaram como se fossem os próprios jornalistas que realizam seu trabalho no Congresso Nacional cobrindo todas as notícias de política, em especial as da CPMI dos Correios.

Isto é, dar a vez a quem não teve espaço de se posicionar como o papel do jornalista em relação a CPMI dos Correios, abrindo um espaço para o seu

posicionamento à frente da mídia em um momento delicado do cenário nacional criando um conceito do papel da imprensa nesta história.

As perguntas dos parlamentares foram respondidas por jornalistas de todo o Brasil e de quase todos os meios de comunicação privados e estatais que participaram, escreveram, opinaram e investigaram este escândalo. Alguns são os principais autores das denúncias e verdades publicadas na imprensa no descobrimento do esquema de corrupção, outros publicaram livros em meio à crise, há os que assinam coluna diária onde sempre aparece alguma referência de maneira direta ou indireta ao escândalo.

Desta forma, veremos os parlamentares atuando como jornalistas na elaboração de perguntas direcionadas à imprensa, que serão classificadas em temas lembrando cada passo da crise, portando dando espaço para a fonte se manifestar e discutir a função do profissional da imprensa em um dos escândalos, calculado em cifras de milhões, que tão cedo a sociedade brasileira se esquecerá.

Um breve histórico da crise e da CPMI

Na tarde do dia 27 de outubro de 2002, o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva havia acabado de se tornar o trigésimo presidente da República da história do país. Com 53 milhões de votos, ele era o décimo sétimo a ser escolhido numa eleição direta, naquela que foi uma das campanhas políticas mais disputadas já vistas no Brasil.

Em seu discurso de posse¹ o presidente não teria idéia da crise política que passaria a enfrentar três anos depois que fez implodir o projeto hegemônico de poder do PT e atingiu em cheio o chamado “patrimônio ético” de seu governo e a criação de três Comissões Parlamentares de Inquérito, a dos Correios, Bingos e Mensalão.

A primeira pedra no caminho do governo Lula surgiu no início de fevereiro de 2004 com uma reportagem do jornalista Andrei Meirelles, publicada pela revista *Época* em que numa fita de vídeo, Waldomiro Diniz, então chefe de Assuntos

¹ “O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública. Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência”. Luiz Inácio Lula da Silva, Brasília, 1º/1/2003. HIPOLITO, Lucia. **Por dentro do governo Lula: Anotações num diário de bordo**. 2. ed. São Paulo: Futura, 2005, p. 130.

Parlamentares da Casa Civil, alçado ao cargo de assessor direto do ministro José Dirceu no Palácio do Planalto cobrava propina do empresário do ramo de jogos eletrônicos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, para a realização de um negócio na *Loterj* presidida por Waldomiro no governo do ex-Governador Garotinho. Este episódio enfraqueceu José Dirceu, chefe da Casa Civil e homem forte da coordenação política do governo.

Em 14 de maio de 2004, Policarpo Júnior, repórter especial da revista *Veja* publicou uma reportagem sobre Maurício Marinho, um executivo da Empresa de Correios e Telégrafos, em que é flagrado embolsando uma propina de R\$ 3 mil. Marinho teria sido indicado ao cargo, pelo PTB, partido aliado do Planalto cujo presidente era o então ex-deputado Roberto Jefferson².

A reportagem foi o marco zero para a caçada do petebista na imprensa nacional. Isolado e abandonado pelo governo, o ex-deputado identificou a participação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) na campanha difamatória de que se julgava vítima e decidiu falar à jornalista Renata Lo Prete, da *Folha de S.Paulo*, que exerce a função de editora da coluna *Painel*, uma das mais lidas no meio político.

Foram duas entrevistas. Na primeira publicada em 6 de junho de 2005, Jefferson denunciou a existência do *mensalão*³. Na segunda, concedida no dia 13 de junho, ele forneceu detalhes, contou que Delúbio Soares, tesoureiro do PT e professor de matemática de Buriti Alegre, pequena cidade de Goiás, que construiu sua carreira profissional na Central Única dos Trabalhadores, a CUT, pagava uma mensalidade de R\$ 30 mil a alguns deputados do Congresso Nacional, para que eles votassem seguindo a orientação do bloco governista, e indicou o nome do operador do *mensalão*: o empresário mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza cujas agências de publicidade SMP&B e DNA propaganda teriam muitos contratos com órgãos públicos.

Após esta revelação, a revista *IstoéDINHEIRO* publicou a entrevista com a ex-secretária de Valério, Fernanda Karina Ramos Somaggio, que foi uma das testemunhas centrais do Valerioduto.

² Em 14 de setembro de 2005, o mandato de Jefferson foi cassado, perdendo seus direitos políticos por oito anos. O placar da votação foi de 313 votos a favor e 156 contra (mais 13 abstenções, cinco votos em branco e votos nulos).

³ Variante da palavra "mensalidade" usada para se referir a uma suposta "mesada" paga a deputados para votarem a favor de projetos de interesse do Poder Executivo.

Nessa ocasião, malas de dinheiro apareceriam pela primeira vez ao noticiário. Segundo Fernanda Karina, seu ex-chefe Marcos Valério ordenava que se fizessem saques gigantescos das suas agências no Banco Rural, e que os principais contatos de Valério no PT eram o ex-tesoureiro Delúbio Soares e o ex-ministro José Dirceu. Depois apareceriam o ex-Secretário-Geral Sílvio Pereira, acusado de corrupção, por ter recebido de presente de uma empresa privada uma Land Rover, em troca de vantagens para a estatal Petrobrás, e os deputados João Paulo Cunha (PT-SP) (ex-presidente da Câmara dos Deputados), e José Mentor (PT-SP). Todos foram abatidos, tornaram-se processados pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

Fernanda Karina compareceu espontaneamente à Polícia Federal, em Belo Horizonte (MG), e entregou a sua agenda, onde estavam anotados vários encontros de Valério com figurões do PT. Dados que constavam dessa agenda comprovaram que saques nas contas da DNA e da SMP&B eram feitos sempre às vésperas das reuniões que Fernanda Karina agendava entre seu ex-chefe Marcos Valério, políticos do PT e dos partidos da base aliada. Ficou cada vez mais difícil duvidar da existência de um sistema organizado de repasse de recursos públicos a parlamentares da base aliada, isto é, duvidar da existência do mensalão.

Marcos Valério teria sido apresentado a Delúbio Soares pelo deputado Virgílio Guimarães (PT-MG). O tesoureiro do PT enxergou no empresário mineiro a solução para todos os seus problemas.⁴

A situação financeira do PT não era das melhores. Havia muitas dívidas atrasadas a pagar. No fim de outubro de 2002, quando Lula foi eleito, ainda restaram pendências de R\$ 20 milhões, apesar da quantia de R\$ 200 milhões arrecadada por fora. Além disso, o PT também decidiu ajudar os governadores derrotados nas disputas em seus Estados, com isso, o rombo financeiro do partido subiu para R\$ 55 milhões⁵.

Para que serve uma CPI?

As Comissões Parlamentares de Inquérito foram previstas, pela primeira vez, na Constituição Federal de 1934 e funcionavam somente na Câmara dos

⁴ CAMAROTTI, Gerson, DE LA PEÑA Bernardo. **Memorial do escândalo**: os bastidores da crise e da corrupção no governo Lula. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 39.

⁵ ATTUCH, Leonardo. **A CPI que abalou o país**: os bastidores da imprensa e os segredos do PT. São Paulo: Futura, 2006, p. 37.

Deputados. O objetivo de uma comissão é o de investigar os fatos que, por sua natureza, sejam passíveis de legislação, fiscalização, controle ou qualquer outra atribuição de competência do Poder Legislativo.⁶

Estão previstas na própria Constituição Federal, no art. 58, § 3º, que diz o seguinte:

As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.⁷

Sobre as Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (Câmara e Senado ao mesmo tempo), o Regimento Comum (que serve para as duas Casas Legislativas, quando atuam em conjunto), que é o caso da CPMI dos Correios, no artigo 21, diz o seguinte: “As Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito serão criadas em sessão conjunta, sendo automática a sua instituição se requerida por um terço dos membros da Câmara dos Deputados mais um terço dos membros do Senado Federal”.

A CPMI é criada para funcionar pelo período de 120 dias, podendo ser prorrogada por mais 60 dias. O Supremo Tribunal Federal, com base na Lei nº 1.579/52, já entendeu que as prorrogações podem ir até o final da legislatura, divididas em períodos de sessenta dias cada uma. Para atender à exigência regimental, sua prorrogação depende de requerimento do presidente da CPMI dirigido ao presidente da Câmara dos Deputados, que o submeterá ao Plenário da Câmara Legislativa.

Após várias tentativas de se abafar a instauração de uma CPI na investigação das denúncias do deputado Roberto Jefferson, no dia quinze de junho é instalada a comissão, a chamada CPMI dos Correios. A Presidência e a Relatoria foram ocupadas pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS) e o deputado federal Osmar Serraglio (PMDB-PR).

A crise estava montada. A CPMI ouviu diversos depoimentos que serão tratados ao longo deste projeto e criou cinco sub-relatorias: a de Contratos e de

⁶ SOARES, José de Ribamar Barreiros. **O que faz uma comissão parlamentar de inquérito**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004, p. 10.

⁷ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Fontes Financeiras, sob o comando do deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), Fundos de Pensão, sob o comando do deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), DNA e Fontes sob, o comando do deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), de Normas e Combate à Corrupção, sob o comando do deputado Onyx Lorenzoni (PFL-SC), e IRB- Institutos de Resseguros do Brasil, sob o comando do deputado Carlos Willian (PTC-MG).

O relatório da CPMI foi votado no dia 4 de abril de 2006 e confirmou a existência do mensalão, detalhou o "valerioduto", tratou os empréstimos como fraudes e citou as empresas privadas Visanet, Usiminas e Brasil Telecom como algumas das fontes de recursos do valerioduto, além de pedir o indiciamento dos 19 parlamentares envolvidos por crime eleitoral.

O relatório também apontou irregularidades e prejuízos nos Correios e no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e pede o indiciamento de dirigentes de fundos de pensão e corretoras.

O deputado Roberto Jefferson denunciou o que sabia quando sentiu que estava sendo expelido do esquema, decidiu entregar tudo, destampou uma panela, que não interessava ninguém da classe política ver destampada.

A sociedade brasileira não ia se dar conta de que estava em andamento um amplo esquema de apropriação de recursos públicos e privados para comprar bancadas inteiras, pagar despesas de campanhas, honorários de advogados, aluguel de carros, contas de Marcos Valério, recursos ilimitados que irrigaram várias campanhas do PT em 2004, provavelmente tudo ia ficar desconhecido até pelo menos depois das eleições de 2006.

Antes de a crise eclodir, boa parte dos analistas políticos das mais variadas tendências estava mais do que convencida de que a reeleição do presidente Lula era um fato inevitável da História. Após o escândalo, essa inevitabilidade deixou de existir, ao menos no campo das especulações⁸.

⁸ CAMAROTTI, Gerson, DE LA PEÑA Bernardo. **Memorial do escândalo**: os bastidores da crise e da corrupção no governo Lula. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 259.

CAPÍTULO 1 - Os “personagens”

Os personagens foram os parlamentares que fizeram parte da CPMI dos Correios. Muitos deles foram os titulares da Comissão, alguns suplentes que tiveram também grande atuação. Foram abordados no mês de janeiro e fevereiro onde havia convocação extraordinária no Congresso, com a seguinte pergunta: “Se o senhor fosse um jornalista que estivesse cobrindo a CPMI dos Correios, que pergunta gostaria de fazer aos jornalistas que cobrem, escrevem e opinam sobre a Comissão?”

1.1 Conheça os “repórteres”:

Romeu Tuma é senador pelo PFL de São Paulo e seu mandato vai até 2011.

Paulista da capital, Romeu Tuma, é formado em Direito e policial de carreira, tendo sido diretor da Polícia Federal. Desde 1991, ocupa a vice-presidência da Interpol. Foi eleito para o Senado em 1994. Romeu Tuma é corregedor do Senado Federal. Foi eleito com 7.281.876 mil votos.

Osmar Serraglio é deputado federal pelo PMDB do Paraná.

Foi o relator da CPMI dos Correios. Foi Vice-Prefeito de Umuarama de 1993-1996; Deputado Federal, 1999-2003; Deputado Federal. Foi eleito com 101.019 mil votos.

O senador **Delcídio Amaral** é do PT do Mato Grosso do Sul e seu mandato vai até 2011.

Engenheiro elétrico, Delcídio do Amaral Gomez nasceu em Corumbá. Foi diretor da Petrobrás e da Hidrelétrica de Tucuruí. Foi ministro de Minas e Energia no governo de Itamar Franco e secretário de Infra-Estrutura e Habitação no governo de Zeca do PT, em seu estado. Foi eleito senador com 496.879 votos.

O senador **Sérgio Guerra** é do PSDB de Pernambuco e seu mandato vai até 2011.

Pernambucano de Vicência, Severino Sérgio Estelita Guerra, é economista, professor universitário e pecuarista. Seu primeiro cargo eletivo foi de deputado

estadual em 1983, tendo sido reeleito para um segundo mandato. Foi secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Pernambuco. Eleito deputado federal pela primeira vez em 1986, foi reeleito por mais duas vezes. Foi eleito senador com 1.675.779 votos.

Demóstenes Torres é senador pelo PFL de Goiás e seu mandato vai até 2011.

Goiano de Anicuns, Demóstenes Lázaro Xavier Torres, foi promotor e, depois procurador de Justiça. Foi procurador-geral de Justiça do estado de Goiás, de 1995 a 1998, e secretário de Segurança do estado, no governo de Marconi Perillo. Foi eleito com 1.239.352 mil votos.

Gustavo Fruet é deputado federal pelo PSDB do Paraná. É advogado. Foi eleito Vereador, 1997-1999; Deputado Federal 1999-2007. Eleito Deputado Federal com 105.180 votos.

O senador **Álvaro Dias** é do PSDB do Paraná, e seu mandato vai até 2007.

Nascido em 1944 na cidade de Quatá (SP), elegeu-se vereador por Londrina (PR) em 1968 e deputado estadual pelo Paraná em 1970. Em seguida, foi duas vezes deputado federal e eleito senador pela primeira vez em 1982. Foi governador do Paraná no período de 1987 a 1991. Foi eleito com 2.532.010 votos.

O deputado **Eduardo Paes** é advogado e deputado federal pelo PSDB do Rio de Janeiro. Foi Vereador, 1997-1999, Deputado Federal, 1999-2003, Deputado Federal, 2003-2007. Foi eleito com 117.164 votos.

O senador **Heráclito Fortes** é do PFL do Piauí. Foi eleito para exercer cinco mandatos como deputado federal, só interrompidos quando foi eleito prefeito de Teresina, em 1988. É membro da Executiva Nacional do PFL. Em 2002, foi eleito para o seu primeiro mandato de Senador da República, recebendo mais de 600 mil votos.

A senadora **Ideli Salvati** é do PT de Santa Catarina e seu mandato vai até 2011.

É professora e paulista. Em 1980 fundou o PT de Joinville, Santa Catarina, e em 1983 entrou para o movimento sindical. Em 1994 foi eleita para seu primeiro mandato como deputada estadual, tendo sido reeleita em 1998. Em 2002 foi eleita senadora com 1.054.304 votos.

O senador **César Borges** é do PFL da Bahia e seu mandato vai até 2011.

O empresário César Augusto Rabello Borges, nasceu em Salvador, onde se formou em Engenharia Civil na Universidade Federal da Bahia. Ex-professor universitário, empresário e ex-presidente da Junta Comercial do estado, foi deputado estadual por dois mandatos, de 1982 a 1990. De 1995 a 1999, César Borges foi vice-governador. Nas eleições de 1998 foi vitorioso e assumiu o governo do estado no ano seguinte. Foi eleito com 2.731.596 votos.

A senadora **Heloísa Helena** é do PSOL de Alagoas e seu mandato vai até 2007.

A enfermeira e professora Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho nasceu no município de Pão de Açúcar, em Alagoas, em 1962. Começou a carreira política como militante do movimento estudantil e do movimento docente da Universidade Federal de Alagoas. Em 1992 ocupou a Vice-Prefeitura de Maceió, seu primeiro cargo público. Foi eleita deputada estadual em 1994 e em 1998 foi a primeira senadora eleita da história de seu estado. Foi expulsa do Partido dos Trabalhadores e fundou o P-Sol. Foi eleita pelo PT com 374.931 votos.

O senador **Fernando Bezerra** é do PTB do Rio Grande do Norte e seu mandato vai até 2007.

Fernando Luiz Gonçalves Bezerra é de Santa Cruz, no Rio Grande do Norte. Engenheiro civil começou a vida política como suplente de senador (1991-1999). Em 1994, em decorrência de o senador titular, Garibaldi Alves, ter sido eleito governador do Rio Grande do Norte, Fernando Bezerra assumiu a cadeira no Senado. Em 1999, foi eleito senador com 539.199 votos.

Arthur Virgílio Neto é senador pelo PSDB do Amazonas e seu mandato vai até 2011.

Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto, é advogado e diplomata de carreira do Itamaraty. Foi eleito para o cargo de deputado federal em 1982. Depois, foi prefeito de Manaus de 1989 a 1993. Por mais duas vezes se elegeu para a Câmara dos Deputados. Foi eleito com 608.762 votos.

Jefferson Péres é senador pelo PDT do Amazonas e seu mandato vai até 2011.

Professor universitário com pós-graduação em ciência política, Jefferson Peres nasceu em Manaus. Iniciou sua vida parlamentar em 1988, quando foi eleito vereador. Foi reeleito em 1992. Chegou ao Senado em 1995, onde se destacou no

trabalho pela agilização da Justiça e reestruturação da Zona Franca de Manaus. Foi relator da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Senador **Sibá Machado** é do PT do Acre e é o primeiro suplente da senadora Marina Silva, que é ministra do Meio Ambiente. É Bacharel em Geografia. O novo senador pelo Acre tem 45 anos e é presidente do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores (PT) e ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do estado.

Denise Frossard Loschi é deputada federal pelo PPS do Rio de Janeiro.

Filiada ao PPS de 1998 a 1999, filou-se ao PSDB de 2001 a 2003, retornou ao PPS desde 2004. Advogada, 1977-1984; Juíza de Direito Titular, Comarca de Porciúncula, RJ, 1984-1986; Magistrada, Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 1984-1998; Juíza de Direito de Entrância Especial, Rio de Janeiro, RJ, 1987-1993; Juíza de Direito Auxiliar, Corregedoria-Geral da Justiça, Rio de Janeiro, RJ, 1989-1991; Redatora, Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 1990-1998; Juíza de Direito convocada para o Tribunal de Alçada Criminal, Rio de Janeiro, RJ, 1993-1995; Juíza de Direito Titular, 10ª Vara Criminal da Cidade do Rio de Janeiro, RJ, 1993-1998; Juíza-Presidente, 205ª Zona Eleitoral Copacabana, Rio de Janeiro, RJ, 1996-1998; Juíza de Direito Auxiliar, Presidência do TRE/RJ, 1996-1998. Está no seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados. Eleita com 385.111 votos.

Jorge Bittar é deputado federal pelo PT do Rio de Janeiro.

É Engenheiro Eletrônico, e foi vereador de 1993-1999, Deputado Federal de 1999-2007, licenciou-se do mandato de deputado federal na legislatura 1999-2003, para exercer o cargo de Secretário de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro. Foi eleito com 140.848 votos.

O deputado federal **Darci Pompeu de Mattos** é do PDT do Rio Grande do Sul e é advogado e Bancário. Foi vereador de 1983 a 1988 e prefeito de Santo Augusto de 1989 a 1990. Foi deputado estadual, 1991-1999 e deputado federal de 1999-2007 pelo PDT do Rio Grande do Sul. Eleito com 112.832 votos.

O deputado federal **Arnaldo Faria de Sá** é do PTB de São Paulo. É deputado federal desde a constituinte e está no seu quarto mandato. Licenciou-se do mandato de deputado federal na legislatura 1991-1995, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo. É advogado, Contabilista, Radialista e Professor. Foi eleito com 86.480 votos.

O deputado federal **Carlos Willian** é advogado e é do PTC de Minas Gerais. Foi vereador de 2001-2003 em Belo Horizonte, MG, pelo PPB e eleito deputado federal, 2003-2007. Eleito com 111.572 votos.

O deputado federal **Asdrúbal Bentes** é advogado e do PMDB do Pará. Foi Prefeito de 1983-1985 da cidade de Salinópolis, foi deputado federal (Constituinte), 1987-1991, Deputado Federal, 1997-2007.

O deputado federal **Onyx Lorenzoni** é do PFL do Rio Grande do Sul e é empresário e médico veterinário.

Foi deputado estadual 1999-2003, e eleito deputado federal, 2003-2007, RS, PFL.

O deputado federal **Carlos Abicalil** é do PT de Mato Grosso e é professor de Educação Básica. Está no seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados e foi eleito com 118.120 votos.

Antônio Carlos Magalhães Neto é advogado e deputado federal pelo PFL baiano. Foi Presidente da Diretoria Estadual do PFL Jovem de 1999-2002. Foi Vice-Líder do PFL, em 2003, e eleito com 400.275 votos.

Eduardo Paes é do PSDB do Rio de Janeiro, é advogado e deputado federal. Foi vereador, 1997-1999 e deputado federal, 1999-2007 RJ, PFL. Licenciou-se do mandato de deputado federal na legislatura 1999-2003, para exercer o cargo de Secretário Municipal do Meio Ambiente, Rio de Janeiro.

Eduardo Cardozo é advogado e deputado federal pelo PT de São Paulo. Foi vereador de 2001-2003 e eleito Deputado em 2003. É filiado ao PT desde 1980. Foi eleito com 303.033 votos.

1.2 Conheça os “entrevistados”:

Os jornalistas convidados a participar deste projeto foram escolhidos principalmente pela atuação na CPMI dos Correios. Alguns publicaram livros sobre o tema, outros foram autores de reportagens investigativas sobre o mensalão, o valerioduto e o destino de recursos para contas no exterior.

Outros possuem colunas onde expressaram sua opinião ao longo da crise.

Veículos impressos, televisão e rádio foram a prioridade, além da inclusão de jornalistas dos meios institucionais. Tanto o lado público da notícia quanto o privado tiveram seu espaço para responder às perguntas dos parlamentares. São os seguintes jornalistas:

Bernardo de La Peña é jornalista do *O GLOBO* e autor do livro *Memorial do Escândalo, Os bastidores da crise e da corrupção no governo Lula*.

Martha Correa é jornalista da TV Record e cobre política em Brasília, há mais de 10 anos como repórter do Jornal da Record.

Cristiana Lobo é jornalista da Tv a cabo *Globonews*. É a comentarista política do Jornal das Dez e apresentadora do programa *Fatos e Versões*.

Roberto Seabra é jornalista e editor do Jornal da Câmara. No ano de 2005 lecionou a disciplina jornalismo político no Centro Universitário de Brasília (UNICEUB).

Marcelo Nantes é jornalista e produtor do programa diário da TV Record sobre política, o *Fala Brasília*.

Gerson Camarotti é jornalista do *O GLOBO* e autor do livro *Memorial do Escândalo, Os bastidores da crise e da corrupção no governo Lula*.

Lucio Vaz é jornalista do *Correio Braziliense*, é autor do livro *A Ética da Malandragem – No submundo do Congresso Nacional*.

Eduardo Castro é jornalista da TV Bandeirantes em Brasília e apresentador do *Band Cidade em Brasília*.

Nilo Barros é jornalista da Rádio Senado.

Leonardo Attuch já foi repórter do jornal *Correio Braziliense* e das revistas *Veja* e *Exame*. Entre 1997 e 2001 residiu em Belo Horizonte, onde foi editor de *Economia* do jornal *Estado de Minas*. Atualmente, além da *Isto é Dinheiro*, edita a revista *Dinheiro Rural*. É autor do livro *A CPI que Abalou o Brasil - os bastidores da imprensa e os segredos do PT*. Um dos mais vendidos no tempo da crise.

Paulo José Cunha é jornalista da Tv Câmara e apresentador do programa *Comitê de Imprensa*. É professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB).

Carlos Chagas é jornalista da Tv CNT onde apresenta o programa *Jogo do Poder*. É comentarista político da revista semanal *Brasília Em Dia*. Foi diretor da sucursal da *Rede Manchete* e da revista *Manchete em Brasília*, em 1970 recebeu o prêmio *Esso de jornalismo*, foi professor de comunicação na Universidade de Brasília durante 25 anos. É autor dos seguintes livros *113 dias de angústia*, *Resistir é preciso*, *Pedro Aleixo: Testemunhos e Lições*, *A Guerra das Estrelas*, *Explosão no Planalto*, *O Brasil sem Retoques*, *O Índio sai da Sombra*.

Cláudio Humberto já foi repórter, chefe de redação, editor-chefe e colunista. Dedicou quatro anos da profissão a assessorias de imprensa, dois deles na Presidência da República, entre 1990 e 1992. Publicou "Mil Dias de Solidão", sobre o período em que foi porta-voz, e "Poder Sem pudor", de histórias do folclore político brasileiro. É colunista político do Jornal de Brasília, onde possui uma coluna diária.

Walter Lima é jornalista da Rádio Nacional. É um dos fundadores da Rádio Justiça, coordenada pelo Supremo Tribunal Federal que está no seu terceiro ano de vida. A rádio traz as notícias do Judiciário ao cidadão comum com uma forma clara e precisa. O objetivo central do projeto é a difusão de informações, de forma simples e direta, de toda a Justiça brasileira, bem como as ações do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia, a emissora conta com a parceria de outros órgãos do Judiciário.

Fábio Pannunzio é jornalista do Jornal da Band e escritor, iniciou sua carreira em 1981, na Rádio Jovem Pan. Migrou para a televisão em 1984 e trabalhou nas principais redes abertas do País. Pannunzio foi o primeiro repórter de TV brasileiro a ser admitido pelas FARC em seus acampamentos, em plena selva colombiana. A experiência forneceu matéria-prima para o livro "A Última Trincheira", lançado pela editora Record em 2001. Fábio Pannunzio reside em Brasília e faz a cobertura política para a Rede Bandeirantes de Televisão.

Ana Gabriela Guerreiro é jornalista da Rádio CBN. É professora de Jornalismo Contemporâneo no UNICEUB em Brasília.

Otto Sarkis é jornalista com 23 anos de profissão. Atualmente é chefe da sucursal do Hoje em Dia em Brasília é apresentador do programa Fala Brasília na Rede Record de televisão em Brasília que prioriza o debate e a análise de grandes temas da agenda política nacional. Trabalhou na Folha de São Paulo, O Globo, Istoé, SBT.

Eliane Cantanhede é colunista da Folha de S. Paulo, autora da Pensata da Folha On-line, às quartas-feiras, e comentarista de política do SBT Brasil.

Policarpo Jr é jornalista da revista Veja. Foi o jornalista que divulgou o conteúdo de uma fita de vídeo em que o ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, Mauricio Marinho, recebe R\$ 3 mil de empresários para favorecê-los em uma licitação da empresa. Na fita, ele revela

supostos detalhes de um esquema de arrecadação para o PTB, onde o ex-deputado Roberto Jefferson é acusado de ser o cabeça do esquema nos Correios.

Tereza Cruvinel é jornalista, com graduação e mestrado em Comunicação Social pela Universidade de Brasília, colunista política do jornal *O Globo* e comentarista da TV Globonews. Atuando no jornalismo político desde o início de sua carreira, trabalhou na TV Brasília, *Jornal de Brasília*, *Correio Brasiliense*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*. Como repórter, cobriu o processo de transição política, os movimentos pela redemocratização, a abertura do regime, a campanha pelas diretas e a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral. A partir de 1986, passa a escrever de terça-feira a domingo a coluna "Panorama Político", onde combina análise e informação política, com foco no processo governamental e legislativo. Em 2002, ganhou o Prêmio Unisys de Jornalismo por seu trabalho em favor da inclusão digital.

Carlos Hugo Studart é jornalista e historiador, formado pela Universidade de Brasília. Atuou como repórter, editor ou colunista em veículos como *Jornal do Brasil*, *O Estado de S.Paulo*, *Folha de S.Paulo*, *Veja*, *Manchete* e *IstoÉ-Dinheiro*. Ganhou diversos prêmios de jornalismo, como o Prêmio Esso. É mestre em História pela UnB, especializando-se em história cultural e nos estudos do imaginário. Lecionou em institutos educacionais, como a Universidade Católica de Brasília. É organizador e co-autor do livro "Os Presidenciáveis: Vida, obra e idéias dos candidatos ao Palácio do Planalto", e autor de "A Lei da Selva – Estratégia, Imaginário e Discurso dos Militares sobre a Guerrilha do Araguaia". Atualmente trabalha como diretor em Brasília da Editora Três e da revista *Isto É*.

Denise Rothenburg é jornalista do *Jornal Correio Braziliense* e possui uma coluna diária no jornal que trata apenas sobre política, que se chama Brasília-DF.

Augusto Nunes é diretor do *Jornal do Brasil*, já dirigiu o *Estado de S.Paulo* e o jornal *Zero Hora*.

Helena Chagas é diretora da Sucursal de Brasília do *Jornal O Globo*.

Carlos Eduardo Cunha é advogado e jornalista. Apresenta o *Justiça em Ação* na TV Justiça que transmite as sessões plenárias do STF ao vivo para os telespectadores.

CAPÍTULO 2 – Perguntas, respostas, explicações – o microfone está aberto.

2.1 Audiência, comunicação de massa e comportamento

Deputado Osmar Serraglio pergunta:

Se houve aumento de audiência com tanta notícia política e o que mudou? é realmente um instrumento de informação ou a população realmente está querendo mais informação?

vocês acham que esse grande grau de informação que a população tem hoje, ela poderá ter conseqüências diretas no ano que vem, ou ela é para atingir os mais letrados ou a população de massa sabe o que está acontecendo?

Jornalista Bernardo De la Penha responde:

Não tenho instrumentos formais para saber se houve um aumento da audiência por conta do noticiário político. Posso lhe dar a minha impressão informal sobre o assunto. Não sei se por causa da minha atividade, mas com todas as pessoas que converso, mesmo as que não costumam acompanhar política, como amigos e familiares, noto, que há um interesse maior pela política e, de certa forma, uma perplexidade por conta do conteúdo do noticiário. Acho que, no fundo, é uma questão de expectativas. Com a eleição do presidente Lula e o discurso do PT ao longo dos 25 anos de história do partido, havia uma grande esperança numa mudança no padrão ético da política. E, ao mesmo tempo em que os governistas se defendem dizendo que o que está acontecendo não é diferente do que ocorreu no passado, a população pensa que eles se elegeram exatamente por ter um discurso diferenciado. Notadamente, no campo da ética e do trato da coisa pública. Acho que essa discussão - ainda tratando da questão da audiência - é um pouco como aquela velha máxima popular do ovo e da galinha. Em parte, as pessoas passam a falar mais dos temas políticos porque eles estão com maior intensidade no noticiário e em outra eles estão com maior espaço dentro do noticiário porque não se fala em outra coisa.

Não tenho dúvidas de que o maior grau de informação terá conseqüência direta nas eleições deste ano. Até porque todos os partidos vão pautar o debate político e eleitoral pelo tema da ética e pelas denúncias de parte a parte. Acho que o interessante será observar o grau de influência que tudo isso terá no processo eleitoral. Antes das denúncias, CPIs, crise política e afins, a reeleição do presidente Lula era dada como certa por 11 em cada 10 políticos em Brasília. Hoje, não só ela está ameaçada, como já surgiram pesquisas que apontam candidatos da oposição que derrotariam o presidente num eventual segundo turno. Acho que diante desta informação é desnecessário avaliarmos se as denúncias terão impacto ou não no processo. Ao contrário: já tiveram. Talvez o impacto seja maior de acordo com o grau de escolaridade e formação acadêmica das pessoas.

Acho que talvez os que têm mais informação possam ter se decepcionado mais. Mas também não subestimaria a capacidade da população de conhecer os assuntos e de distinguir entre os mais e menos honestos. Até que ponto isso pode ou não influenciar na opção de voto é o que imagino que talvez só possamos saber depois de outubro.

Senador Demóstenes Torres pergunta:

Sempre percebo entre os meus colegas, que com a presença da mídia, uns alteram o comportamento. a mídia percebe essa mudança? há essa percepção de alteração de estilo, se parecer um, perante a opinião pública?

Jornalista Martha Correa responde:

Na minha avaliação, grande parte dos parlamentares que participam das CPIs vai com a intenção de se projetar, se tornar conhecido. Alguns fazem de suas participações verdadeiras demonstrações de exibicionismo. Tentam ser incisivos nos interrogatórios e só conseguem passar arrogância e despreparo.

Sabemos de casos de parlamentares que fizeram cursos, os chamados Mídia Training, para aparecer melhor na imprensa.

O assédio aos jornalistas chega a ser constrangedor.

Observamos que muitos escolhem a vez de fazer as perguntas de acordo com o horário entrada dos telejornais no ar, em especial o Jornal Nacional da TV Globo.

É de se lamentar que após tanto esforço para reconquistar a Democracia e a liberdade de imprensa, ambas sejam usadas para fins de interesse pessoal, partidário ou simplesmente por vaidade.

Deputado Gustavo Fruet pergunta: “Até que ponto uma CPI, confunde uma investigação, com um espaço de promoção?”

Jornalista Leonardo Attuch responde:

Numa CPI existem vários tipos de personagens. De um lado, há aqueles parlamentares que trabalham duro e com seriedade em busca da verdade, mesmo que isso implique no eventual sacrifício de aliados. Estes são os verdadeiros investigadores, mas, lamentavelmente, não são maioria. Gustavo Fruet, que coloca a pergunta, é um deles. De outro, há aqueles que aproveitam os seus 15 minutos de fama em busca de promoção pessoal. E há ainda os que tentam confundir a opinião pública, trazendo acusações irrelevantes, ou mesmo falsas, e que fogem ao ponto central das investigações. Neste grupo, eu incluiria vários governistas que agem não para investigar, mas apenas para “equilibrar o jogo”. Raciocinam numa lógica de guerra. Algo como: se eu tenho uma baixa, o inimigo também deve ter. É por isso que os jornalistas devem ter extremo cuidado na hora de separar o joio do trigo, o essencial do acessório, a verdade da mentira.

Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto pergunta: “Por que muitas vezes uma frase bem colocada interessa e repercute muito mais do que um trabalho técnico e investigativo que seja realizado?”

Jornalista Carlos Eduardo Cunha responde:

Para o bem ou para o mal, nosso mundo no século XXI é o universo da informação imediata. Em tempos de Internet via celular, decisões a serem tomadas em minutos, o que se aprendeu na faculdade de jornalismo com lead ganhou uma força jamais prevista pelos colegas de profissão do início do século passado. O poder de síntese é algo valorizado profissionalmente. Não me dê os detalhes, resuma o que diz este relatório é ordem corriqueira. Na cobertura de imprensa é sabido que há políticos e líderes de tendências variadas que são procurados pela mídia porque sabem “dar lead” por sintetizar situações em frases de efeito.

Expressões que definam o “espírito da coisa” em uma situação qualquer ou uma análise de um fato resumida em uma colocação aparentemente precisa, passam a ser instrumentos banalizados. Mas em um tempo no qual parece ser paradigma de atuação a máxima que afirma que em política o que importa não é o fato, mas a versão, o preço que se paga pela busca de uma síntese pode ser o tributo às meias verdades.

Deputado Jorge Bittar pergunta: “Será que a CPMI realizada em circunstâncias como essa, não acaba expondo demais algumas pessoas?”

Jornalista Hugo Studart responde:

Sim, é claro! Expõe demais algumas pessoas e comete algumas injustiças. É o que se chama vulgarmente de "efeito colateral". Isso aconteceu quando os jacobinos e suas guilhotinas tomaram conta da Revolução Francesa, quando Stalin e seus bolcheviques tomaram conta da Revolução Russa, ou mesmo quando os marcartistas tomaram conta dos Estados Unidos nos anos 50. No Brasil recente, durante o processo que levou ao impeachment de Fernando Collor, o PT instaurou a prática de acusar os adversários sem provas, levando-os à execração públicas, muitas vezes sem direito à defesa. Essa prática "revolucionária" petista vem prevalecendo há quase duas décadas na política brasileira. O comandante dessas injustiças era o companheiro José Dirceu. Quantos inocentes não tiveram suas carreiras destruídas pelas práticas petistas? Pessoas como os ex-ministros Alcení Guerra e Eduardo Jorge, por exemplo. Quando o PT foi flagrado em seus próprios delitos, era esse o ambiente político que prevalecia no Congresso e na imprensa brasileira, execrar sem provas. A oposição está indo à forra. Ainda assim, avalio que a oposição está sendo comedida, expondo de menos algumas figuras que deveriam ser investigadas com mais afinco em nome da coisa pública. Cito os exemplos do filho do presidente Lula, do seu tesoureiro Paulo Okamoto e do ministro Antônio Palocci.

Deputado Arnaldo Faria de Sá pergunta: “O que os jornalistas sentem quando um depoente costumeiramente foge das respostas, isto é, não quer responder. e se acontecesse o mesmo, um parlamentar em uma entrevista? O que fariam?”

Eduardo Castro responde:

Em um depoimento a uma CPI, por exemplo, quem não responde - ou desvia do assunto - passa a impressão de estar querendo esconder algo, mesmo que não queira. Não é uma saída muito eficiente. O melhor é dizer "não sei", ou ficar quieto. No caso de uma entrevista, cabe ao repórter tentar de novo, quantas vezes for preciso, refazendo a pergunta, se ela for mesmo relevante. Mas sem ser agressivo. Não acho certo empregar tom de desafio, ou ser provocativo. Se o entrevistado continuar fugindo da resposta, fica claro que ele não tem o que dizer. Às vezes, o silêncio, ou o desvio, são bem eloquentes.

2.2 Por dentro do tema

Na pergunta elaborada pelo deputado Osmar Serraglio, o parlamentar indaga um tema que foi uma surpresa para as duas televisões institucionais do Congresso Nacional. A Tv Câmara e a Tv Senado. A primeira inaugurada no dia 20 de janeiro de 1998, a segunda no dia 15 de junho de 1996, com base na Lei

8.977/95, a primeira norma legal a abrir possibilidade da existência de canais legislativos no Brasil.

A transmissão ao vivo das sessões plenárias e das reuniões das comissões abriu ao país uma realidade conhecida por poucos. Os brasileiros vêem o Legislativo sem censura e sem cortes, levando a informação. O ideal é que seja com isenção e responsabilidade, dando maior transparência à rede de elaboração das leis que regem o dia-a-dia da sociedade. Enfim, essas emissoras de televisão têm obrigações com a cidadania e a valorização do país, com difusão dos valores éticos, morais e sociais.

O deputado pergunta se houve aumento de audiência após o início do escândalo do mensalão e do início dos trabalhos da CPMI dos Correios.

Pois bem, uma pesquisa realizada pelo Instituto QualiBest⁹, sobre o grau de interesse do público sobre a CPMI dos Correios e a divulgação do assunto na mídia, revelou que a TV Senado superou noticiários como o Bom dia Brasil da TV Globo, e o Jornal da Noite, da TV Bandeirantes.

Os telejornais foram o principal meio de acompanhamento da CPMI, oitenta e sete por cento dos entrevistados acompanharam pelos telejornais, e o Jornal Nacional e o Jornal da Globo dominaram as atenções. No geral, 16% declararam estar acompanhando pela TV Senado e isso foi mais acentuado fora do Sul/Sudeste. Um aspecto considerado curioso na pesquisa foi que a TV Senado apareceu na frente do canal pago de notícias Globonews, que ficou com 13% da preferência das pessoas interessadas pela CPMI dos Correios.

Os depoimentos de maior audiência foram o de Roberto Jefferson, Delúbio Soares e Renilda Santiago, esposa do publicitário Marcos Valério. Portanto houve um maior reconhecimento dessas televisões pela sociedade brasileira e um despertar de que a população realmente está querendo mais informação.

Na seqüência, o senador Demóstenes Torres do PFL de Goiás toca em sua pergunta em um ponto interessante: a alteração de comportamento dos parlamentares com a presença de toda a mídia nas reuniões da CPMI dos Correios.

⁹ A pesquisa foi realizada em julho de 2005. O universo do estudo foi composto por usuários cadastrados no site de pesquisa de mercado virtual QualiBest, com CPF checados no site da Receita Federal e dados cadastrais confirmados por e-mail pelo próprio usuário. O perfil recrutado no estudo foi o de homens e mulheres de todas as regiões do Brasil, com acesso à Internet. A pesquisa contou com 1170 respondentes.

Jornalistas que acompanharam a CPMI apontam que sim, houve essa alteração. O “evento” fez com que houvesse o conhecimento de vários parlamentares que antes da comissão poucos brasileiros conheciam.

Com a crescente visibilidade dos trabalhos da comissão muitos parlamentares, ao invés de agirem em prol das investigações, acabam se preocupando mais com sua própria imagem. Alguns aproveitaram para discursar, outros repetiram perguntas ou não conseguiram se aprofundar no tema. O site Observatório da imprensa¹⁰ do jornalista Alberto Dines perguntou algo parecido aos seus leitores. Foi realizada a seguinte enquete: **“Os holofotes da mídia influenciam o trabalho dos parlamentares da CPI?”**. O resultado? 94% responderam que sim e apenas 6% não. O tema “holofote” também foi abordado na pergunta do deputado Gustavo Fruet com resposta de Leonardo Attuch.

2.3 Parlamentares querem opinião dos jornalistas sobre a CPMI

Senador Delcídio Amaral pergunta: “Qual a leitura que os jornalistas têm sobre a CPMI e quais as expectativas? Esta CPMI será igual às outras?”

Jornalista Helena Chagas responde:

Acho difícil avaliar a CPI dos Correios antes da conclusão de seus trabalhos. Acho que ela avançou numa frente importante, que foi mostrar a existência de um esquema de pagamento ilegal de deputados e como funcionava esse lado do valerioduto. Por aí, já tem algo de concreto a mostrar. Mas mesmo essa investigação ainda precisa ser mais bem fechada. Sabe-se que há muitos nomes que ainda não apareceram, e nem ficaram claras as circunstâncias desses pagamentos (por exemplo, sabe-se que premiaram quem mudou de partido. Mas quem?). A CPI tem que chegar ainda a uma resposta sobre a origem do dinheiro que abasteceu o valerioduto, e acho que não demonstrou ainda também uma conexão entre isso e um suposto mega-esquema de corrupção no governo petista. Ao contrário, ao identificar irregularidades em diversos contratos e operações - IRB, Correios, fundos de pensão - ficou claro que elas começaram em governos passados...

Não acho que essa CPI será igual a outras que acabaram
CPIs são instrumentos de investigação essencialmente políticos.

2.4 Por dentro do tema

O presidente da CPMI dos Correios, senador Delcídio Amaral, passa a sensação, no seu questionamento, se a CPMI dos Correios “vai terminar em pizza”. Na mesma pesquisa do Instituto QualiBest as opiniões ficaram divididas. As pessoas que tiveram menor grau de interesse pelo assunto concordaram mais com esta famosa frase (58%), as que acompanharam mais de perto, nem tanto (46%).

¹⁰ Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 14 fev. 2006.

Vale ressaltar que não há brasileiro que não conheça o baiano José Eduardo Cavalcanti Mendonça, o “Duda Mendonça”. Foi ele o responsável pela publicidade da campanha eleitoral que vendeu “o Lulinha, paz e amor” aos eleitores, por ajudar “a esperança a vencer o medo”.

Quando o escândalo do mensalão começou a bater em sua porta, com notícias de que ele havia recebido dinheiro de Marcos Valério, o publicitário decidiu ir a CPMI. Duda cobrou R\$ 25 milhões pelos serviços prestados às campanhas de Lula, do então deputado José Genoíno ao governo de São Paulo, de Aloísio Mercadante ao Senado e de Benedita da Silva ao governo do Rio de Janeiro. Duda oferecia o que havia de mais profissional, e para os políticos pagarem um marqueteiro como ele era um luxo. O PT conseguiu eleger o presidente, mas ficou devendo quase a metade da pequena fortuna que custou o trabalho do publicitário, alguma coisa em torno de R\$ 11,5 milhões. Antes do seu depoimento à CPMI dos Correios no dia 11 de agosto de 2005, Duda prestou no dia anterior outro na Polícia Federal, onde contou ter recebido dinheiro em uma conta no exterior, a Dusseldorf¹¹, A suspeita sobre Duda veio no sentido de que os recursos destas contas seriam frutos de superfaturamento de seus contratos com o governo. A Dusseldorf abriu uma conta na agência do Bank Boston de Miami e recebeu aproximadamente R\$ 10 milhões em depósitos feitos em dólares. Duda justifica que teria que receber pelos serviços prestados, e disse que não havia alternativa.

Deputados petistas leram nota de repúdio, ao que classificaram como um criminoso esquema de financiamento de campanha, que vinha sendo revelado na CPMI. Sete dias depois de ter prestado o seu depoimento o publicitário perdeu a conta da Presidência da República.

A revelação feita por Duda sobre o esquema de financiamento de campanha do PT a partir de *caixa dois* foi a senha também para ampliar as investigações que a CPMI e a Polícia Federal já tentavam fazer sobre as operações de Marcos Valério no exterior.

Duda Mendonça começou a ser investigado sob suspeita de ter cometido crime de evasão de divisas ou sonegação fiscal. As revelações do publicitário Duda Mendonça sobre o esquema de financiamento de campanha do PT a partir de *caixa dois*. A Lei Orgânica dos partidos políticos proíbe os partidos brasileiros de lidarem

¹¹ Uma empresa *offshore* no paraíso fiscal das Bahamas.

com dinheiro de caixa dois e contas no exterior. Essa prática é razão suficiente para o cancelamento do registro do partido no Tribunal Superior Eleitoral.

2.5 Imparcialidade, precisão das informações e sigilo

Senador Heráclito Fortes pergunta: “Porque o silêncio com relação ao caso da cueca? foi um caso muito grave, o envolvimento do coração do PT, com envolvimento indireto do ex-deputado Genoíno e do seu irmão de maneira direta?”

Marcelo Nantes responde:

Não acho que houve silêncio por parte da imprensa no caso do assessor do irmão do ex-presidente do PT José Genoíno quando pego com dólares na cueca.

A imprensa repercutiu, e ainda repercute, o flagrante. Acho que setores da opinião pública podem apontar algum tipo de desprezo pelo caso, mas injustamente. Veja que outros setores da mesma opinião pública chegaram a falar em “golpe das elites” em razão desta e de outras denúncias. Muitas delas senão comprovadas ao menos com muitas evidências.

Uma constatação de que houve cobertura se evidenciou durante o carnaval deste ano, quando blocos carnavalescos recorreram a fantasias que remetiam ao fato. Quantos foliões não utilizaram alegorias inspiradas no flagrante?

O que pode confundir a opinião pública são as inúmeras irregularidades derivadas do escândalo do “mensalão”. Umas mais exploradas que outras, mas todas receberam espaço relativo nas mídias.

Senadora Idelli Salvatti pergunta:

Gostaria de saber como os jornalistas fazem, na correria do dia-a-dia e na velocidade com que as informações são divulgadas através de sites de notícias on-line, para apurar a veracidade dos dados repassados por parlamentares ou assessores durante o processo de investigação de uma CPMI como a dos correios? No anseio de passar o “furo da notícia” não fica para trás um conceito básico do bom jornalismo: a checagem da informação e a mesma destinação de espaço no veículo pelo jornalista representado para a divulgação das versões tanto de quem acusa, quanto de quem é acusado?

Jornalista Gerson Camarotti responde:

É verdade que a correria do dia-a-dia e a velocidade da informação em tempos de notícias on-line é fundamental que se tenha responsabilidade, ética, imparcialidade. Essa é a cartilha para uma notícia ter ou não credibilidade. E o maior patrimônio de um jornalista é a sua credibilidade. Acho que o furo jornalístico é fundamental para um repórter. Mas antes é preciso ter certeza da veracidade da informação. Não adianta divulgar uma “barriga” que será desmentida em algumas horas. Mas acho que a média dessa cobertura foi pautada pela responsabilidade. As denúncias sempre foram fundamentadas com documentos como cheques e contratos, ou imagens fortes como dólares na cueca ou uma Land Rover, que viraram símbolo de corrupção. Também acho que todos tiveram direito de defesa, mesmo quando mentiam em sua defesa. Vários deputados negaram o recebimento de recursos da conta de Marcos Valério do Banco Rural. Mas depois apareceram os cheques e eles foram desmentidos. Ou seja, a imprensa publica todas as versões, inclusive quando desconfiam que algumas são mentirosas. Sempre há espaço para o direito de defesa.

Senador Sérgio Guerra pergunta: “Do ponto de vista dos jornalistas que cobrem a CPMI dos correios as evidências de conclusão da comissão significam como provas, valem como provas, são aceitas como provas?”

Jornalista Augusto Nunes responde:

O relatório do deputado Osmar Serraglio vale como prova para confirmar, de forma cabal, que houve pagamentos regulares e ilegais a parlamentares da chamada "base aliada", em troca do apoio permanente ou episódico ao governo Lula. Houve, portanto, o esquema do "mensalão". O termo é ruim, porque os culpados dele se valem para argumentar que não existiram pagamentos mensais. Pouco importa: em alguns casos, configurou-se até a propina semanal. Além disso, o relatório prova que outros crimes graves foram praticados, envolvendo ministérios, estatais e a base aliada. Enfim, ficou claro que o PT procurou aparelhar o Estado e utilizar a máquina administrativa para a consumação de um projeto de poder.

Senador Álvaro Dias pergunta: “A imprensa considera válida a manutenção do sigilo por parte da CPMI quando há a constatação de corrupção? A CPMI deve preservar o sigilo conforme a legislação determina quando há constatação de corrupção? A opinião pública não merece saber?”

Jornalista Cristiana Lobo responde:

Acho que o combate à corrupção, em qualquer nível de governo ou instância, deve ser implacável. Mas, também, defendo o respeito às regras. Combater a corrupção não é só divulgar casos de corrupção. É investigar, identificar desvios, buscar provas e encaminhar à Justiça; e, por fim, mas para mim, principalmente, tentar reaver o dinheiro público. Por isso, até, no limite, algumas vezes divulgar casos de corrupção antes da hora podem prejudicar a investigação e a possibilidade de reaver ou repatriar (no caso de envio para o exterior) do dinheiro desviado. Porém, a nossa luta como jornalistas é fuçar e tentar descobrir casos de corrupção e divulgá-los.

Nos casos das CPIs em funcionamento, vimos muitas vezes tentativas desesperadas de parlamentares de encontrar denúncias contra seus adversários locais. Isso é ridículo e não é o caminho que devemos perseguir. Não acho isso correto. Mostra apenas que o parlamentar não tem uma convicção de que o dinheiro público é público; mas que ele está apenas numa luta política com interesse particular. A regra poderia ser aquele velho e surrado ditado popular de se colocar no lugar do outro para saber se aquilo que está sendo feito é correto ou uma leviandade.

Políticos e jornalistas têm de ter cuidado, responsabilidade com a informação que dispõe para não afetar, injustamente, reputações. Agora, quando a denúncia de corrupção é cabal, é comprovada, deve mesmo ser divulgada - e o mais rapidamente possível. O triste é que o julgamento político (cassação de mandato, divulgação de denúncias - é sempre mais rápido). Já na Justiça, os inúmeros recursos, muitas vezes, levam casos cabeludos para as calendas...

2.6 Por dentro do tema

Um dos casos que mais renderam piadas durante a investigação da CPMI foi citado pelo Senador Heráclito Fortes em sua pergunta. A história: agentes da

Polícia Federal de São Paulo detiveram no aeroporto de Congonhas no dia 8 de julho do ano de 2005, o assessor parlamentar José Adalberto Vieira da Silva, com R\$ 200 mil em uma valise e US\$ 100 mil presos ao corpo, na cueca.

Adalberto trabalhava para o deputado estadual cearense José Nobre Guimarães (PT), irmão do presidente do PT, José Genoíno, e membro do Diretório Nacional do partido. Adalberto explicou que os R\$ 200 mil eram pagamento de verduras que havia vendido na Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo), porque era agricultor.

Os holofotes da mídia se voltaram para o então presidente do PT José Genoíno. Parlamentar tido como exemplar, profundo conhecedor do Regimento Interno da Câmara, Genoíno era respeitado por aliados e adversários.

Na presidência do PT, de acordo com os jornalistas que cobrem a área de política, Genoíno vestiu os piores cacoetes do seu antecessor, José Dirceu: autoritarismo, arrogância, maus modos com aliados e adversários, desprezo pela imprensa não alinhada com o PT, um trator que atropela os fatos.

Renunciou ao cargo no dia nove de julho por utilizar Marcos Valério como fiador de empréstimos ao PT junto aos bancos do Brasil, Rural e BMG, além do escândalo citado da cueca.

O processo pelo qual a imprensa influencia em profundidade as decisões dos parlamentares é complexo. Depende de uma rede de conexões e de influências, de idas e vindas, de ruínas circulares e de labirintos, de fatos que escapam às vezes aos desejos mais elementares de seus atores.¹²

O poder dos meios de comunicação consegue hoje não apenas pautar o Congresso, mas também produzir em permanência um grande espetáculo, um exemplo disso foi o escândalo do Mensalão.

O *agenda setting* é extraído de teorias da comunicação e implica que jornalistas determinem a agenda do público pelo que crêem prioritário., conforme revê Mauro Wolf¹³ (1985,XX). É um processo dinâmico. Do impacto jornalístico sobre o público advêm condutas passíveis de influência sobre a política. Além da agenda midiática sobre a do público, este modelo abrange o estudo da influência das agendas entre si (midiática, política e do público).

¹² RODRIGUES, Malena Rehbein. **Imprensa e Congresso ou Como a mídia pauta a política**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002, p. 11.

¹³ Wolf, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1987. p. 271

Já a pergunta do Senador Sérgio Guerra indaga se as conclusões da CPMI dos Correios valem como provas, se são aceitas como provas para punir todos os envolvidos no chamado valerioduto.

As Comissões Parlamentares de Inquérito representam no Brasil, um poderoso meio de controle e fiscalização da administração pública. Têm sido um instrumento de consolidação da democracia, mas os seus objetivos são o de aperfeiçoamento da legislação de fiscalização e controle. Essas comissões ouvem testemunhas, requisitam documentos, informam aos cidadãos as atividades do Poder Público, solicitam providências junto a diversos entes públicos e exercem papel de grande relevância na formação da opinião pública.

O parágrafo único do art. 36 do Regimento Interno dispõe que: “As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal”.

Isso ocorre porque a comissão tem poderes de investigação próprios de autoridade judicial. Logo deve submeter-se às mesmas regras e aos mesmos princípios impostos aos juízes. Desse modo, a comissão deve pautar-se pelo princípio do **devido processo legal**, obedecendo às normas ditadas pela lei, sob pena de nulidade de seus atos investigatórios. Ao término dos trabalhos, a comissão enviará seu relatório à Mesa e encaminhará suas conclusões, ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores (arts. 150 e 151 do Regimento Interno). Portanto, as conclusões valem como provas, cabendo ao Ministério Público promover a responsabilidade civil e criminal dos acusados.

O senador Álvaro Dias toca em um ponto que pode ser classificado como a maior crise do governo de Luís Inácio Lula da Silva. A quebra de sigilo bancário fiscal e telefônico. Os fundamentos adotados pela comissão para a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico são os mesmos usados pelo juiz, conforme tem entendido o Supremo Tribunal Federal. Para a tomada dessa medida, a CPMI deve demonstrar a necessidade de tal instrumento. Não basta apenas a argumentação de indícios da prática do crime. Deve-se demonstrar que a medida é essencial às investigações, ou seja, que sem a quebra o sigilo é impossível atingir os objetivos investigatórios.

Um dos fatos mais citados na imprensa durante o andamento da CPMI dos Correios foi a interferência do Judiciário nos trabalhos da comissão e do Poder Legislativo, em especial o Supremo Tribunal Federal, órgão máximo da justiça

brasileira que trata somente de matéria constitucional. Paulo Okamoto, presidente do Sebrae, em seu depoimento à CPI dos Bingos, assumiu ter pago em 2004 uma dívida de R\$ 29,4 mil que o presidente tinha com o PT. O dinheiro foi registrado na prestação de contas do partido de 2003. Okamoto afirmou à CPI que quitou a dívida de Lula em dinheiro por orientação do então tesoureiro do partido Delúbio Soares.

O presidente do Sebrae tem sido protegido pelo STF por meio de várias liminares em mandado de segurança, assegurando o direito de não quebrar o seu sigilo bancário fiscal e telefônico.

Episódio que derrubou o ex-ministro Antônio Palocci do Ministério da Fazenda se dá em relação aos sigilos fiscal bancário e telefônico. O episódio tem ligação com a CPI dos Bingos, mas vale ser citado pela relação com a CPMI dos Correios.

Como no caso do motorista Eriberto que com suas provas e depoimentos levou ao impeachment de Fernando Collor, a crise do governo Lula possui um caseiro cujo nome é Francenildo Costa que delatou e confirmou com bastante convicção a ida do ex-ministro Palocci a uma casa em um bairro nobre de Brasília conhecida como a “República de Ribeirão Preto”, onde se reuniam senhores negociatas em torno de mulheres, bebidas e partidas de tênis, quando ainda era prefeito de Ribeirão Preto. A casa teria sido alugada pelos ex-assessores de Antonio Palocci: Roberto Buratti, Ralf Barquete (*in MEMORIAN*) e Vladimir Poletto, este grupo é acusado pela polícia e Ministério Público de ter participação em fraudes e desvios de dinheiro público. O ministro repetidas vezes disse que não ia a esta casa, nem tinha intimidades com os freqüentadores dela, todos seus ex-assessores em Ribeirão Preto. Após o seu depoimento, uma série de atitudes criminosas com fim de calar o caseiro derrubou o Palocci e o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso. Mattoso é acusado de ter quebrado o sigilo bancário do caseiro Francenildo e tê-lo entregado a Pallocci. Na quebra, verificou-se que o caseiro possuía mais de R\$ 35 mil reais em sua conta bancária, o que sugeria que este teria sido pago por alguém para delatar a presença do ministro nesta casa em Brasília. Estes dados foram repassados à revista “*Época*”. A origem do dinheiro foi de um depósito realizado por seu pai biológico, o empresário Eurípedes Soares da Silva, que mora no Piauí e que não queria registrá-lo para não causar inconvenientes com a sua nova família no Piauí.

Em mais uma interferência do STF nas comissões, o caseiro, depois de quarenta minutos de depoimento teve de parar de falar por uma liminar concedida pelo ministro César Peluso a qual suspendia o depoimento do caseiro até o julgamento final do mérito da causa.

2.7 Das contas no exterior

Ao longo da CPMI vários temas viraram eixos das investigações. Um tema que foi de grande debate foi o relacionado às contas no exterior.

O deputado Eduardo Paes pergunta: “A imprensa acha que vão chegar ao fim às investigações da CPMI sobre as contas no exterior?”

O jornalista Roberto Seabra responde:

Essa questão das contas no exterior me parece um imbróglio muito grande para chegar ao fim, pelo menos durante os trabalhos da CPMI dos Correios. Na verdade esse assunto já foi tratado em outros momentos (CPMI do Banestado, por exemplo), e não se conseguiu chegar a um acordo político que permitisse a punição de todos os envolvidos citados. Acredito que a CPMI dos Correios abriu demais o arco das investigações e não conseguiu avançar em todos os campos. O escândalo das contas no exterior e das remessas ilegais de divisas, ao meu ver, mereceria um trabalho conjunto envolvendo parlamentares, Receita e Polícia Federal, Ministério Público e Justiça Federal. Enquanto cada um estiver investigando a seu modo, não conseguiremos chegar ao fim.

2.8 Por dentro do tema

De certo as investigações de contas no exterior não tiveram o resultado esperado. No relatório final da CPMI o relator pede o indiciamento de Duda Mendonça para que ele seja investigado por evasão de divisas. A CPMI não conseguiu descobrir a origem dos recursos que abasteceram suas contas no exterior e relatou a diferença de cerca de US\$ 400 mil entre o registrado nos extratos da conta Dusseldorf e o que Duda disse ter recebido.

O relator disse que Duda montou “uma operação internacional destinada a ocultar ou dissimular valores, o que caracterizaria lavagem de dinheiro”. Além disso, quatro saques feitos na conta do publicitário em 18 de junho de 2003, no total de US\$ 1,3 milhão, teriam alimentado contas ligadas a ele mesmo, indicando mais uma operação para ocultação de valores no próprio BankBoston internacional na Flórida e no Bankhaus suíço.

Ainda em trecho do relatório final, o relator diz:

Registre-se que os denunciados Duda Mendonça e Zilmar Fernandes (sua sócia) mentiram perante a CPMI dos Correios, bem como nos depoimentos prestados no presente inquérito. As apurações realizadas no exterior

demonstraram que o publicitário e sua sócia são acostumados a remeter dinheiro não declarado para contas mantidas em paraísos fiscais. Deste modo, conscientes de que os recursos recebidos tinham como origem organização criminosa voltada para a prática de crimes contra o sistema financeiro nacional, os denunciados deliberadamente articularam esquema para dissimular a natureza, origem, localização, movimentação e a propriedade de valores

Aqui vale a pena citar o caso do filho do presidente Lula, Fábio Luiz Lula da Silva. A empresa Telemar ficou sócia de Fábio na Gamecorp, uma empresa de conteúdo para a Internet. O aporte total da empresa de telefonia no negócio do filho do presidente foi de R\$ 5 milhões. A oposição chegou a classificar essa sociedade como tráfico de influência no fato do filho do presidente ter conseguido fechar um acordo milionário com a Telemar, uma concessionária pública.

Só depois que a sociedade foi fechada, de acordo com a Telemar, é que se soube que Fábio era um dos sócios. A companhia telefônica considerou uma operação normal.

2.9 Da Corrupção

Deputado Onyx pergunta:

Como que a imprensa vê os organismos de combate à corrupção no Brasil? Na avaliação eles são eficientes ou ineficientes, e o que eles precisariam fazer para poder evitar que o Brasil continuasse a perder 100 bilhões de reais por ano na corrupção do setor público e isso é só a ponta do iceberg, provavelmente é muito mais do que isso, e o brasileiro é mais permeável à corrupção por um problema cultural ou pelo cenário em que atua a sociedade brasileira?

O jornalista Paulo José Cunha responde:

Não sei como a imprensa os vê. Eu os vejo como instrumentos de preservação do governo (como a ouvidoria dirigida pelo correto ministro Waldir Pires), e não como instrumentos de combate à corrupção. Não consigo enxergar, até agora, nenhuma medida concreta para se evitar a corrupção, por parte de qualquer um desses órgãos, mas apenas boas manifestações de intenções e manobras políticas de parte a parte. De um lado, governistas defendendo o presidente e seu governo, ou defendendo o PT; de outro, opositores procurando atormentar a vida do governo e seu partido. Veja-se o caso da votação do projeto de reforma eleitoral para reduzir o Caixa 2. No que deu? Na proibição aos bottons, camisetas etc. Ou seja: no que não interessa. No que de fato interessa mexer - a transparência maior das contas - ninguém tem coragem de por o dedo. Na avaliação eles são eficientes ou ineficientes?

Ineficientes.

E o que eles precisariam fazer para poder evitar que o Brasil continuasse a perder 100 bilhões de reais por ano na corrupção do setor público, e isso é só a ponta do iceberg, provavelmente é muito mais;

Se houvesse uma articulação maior entre esses órgãos, uma integração e uma boa e fluida troca de informações, seria possível a identificação mais rápida dos responsáveis pela corrupção. Mas é preciso ir além: essa

integração dará em nada se não for combatida a fonte maior de todos os males, que responde pelo nome de im-pu-ni-da-de.

E o brasileiro é mais permeável à corrupção por um problema cultural ou pelo cenário em que atua a sociedade brasileira?

O brasileiro não é mais permeável à corrupção do que qualquer outro povo. Apenas acostumou-se a ela, o que torna difícil a vida sem contar com a razão diária de corrupção a que todos têm direito (uma propina ao guarda de trânsito pra não sofrer multa, uma fila que se fura pra ganhar tempo, um estacionamento na vaga proibida porque o guarda não está por perto, a freada para passar pelo pardal na velocidade correta e a acelerada forte pouco mais à frente colocando em risco a vida das pessoas etc.). Ao lado disso, como já disse, a corrupção é praticada com a conivência dos órgãos de controle. Veja-se a dificuldade pra se abrir as contas de um ente público (contas que deveriam ser abertas como condição para a posse, se vivêssemos num país onde o assunto fosse tratado pra valer). Veja-se a dificuldade de se abrir as doações de campanha (melhor não abrir as contas dos partidos para não constranger os doadores, alega-se, esquecendo-se convenientemente que, se todos os doadores se sentirem constrangidos, a eleição ocorrerá do mesmo jeito, com as campanhas do tamanho que as doações permitirem). Ou seja: a questão do combate à corrupção no Brasil não é apenas um cultural, mas estrutural. Se houver mesmo a vontade de romper a barreira cultural que nos acomoda com a corrupção desde que Cabral chegou aqui, 506 anos atrás, a coisa muda. Mas enquanto ficar nesse rame-rame, vamos continuar patinando e contando com a amizade de algum político pra conseguir um emprego, molhando a mão do funcionário público pra fazer um processo andar mais depressa. Enquanto a corrupção pesada corre frouxa.

Senador Jéferson Peres pergunta: “Vocês estão convencidos de que a corrupção era sistêmica e que os recursos do valerioduto vinham indiretamente do setor público?”

Jornalista Cláudio Humberto responde:

A imprensa compartilha a mesma certeza da opinião pública nacional: todo o dinheiro do escândalo do mensalão foi mesmo extraído dos cofres do governo. Não há outra fonte possível, a menos que estivéssemos falando de uma máquina de imprimir dinheiro. Essa certeza tem sido reforçada pela constatação de desvio de recursos da Visanet, empresa da qual o Banco do Brasil é sócio, manipulação de concorrências públicas em empresas estatais e o conseqüente superfaturamento das despesas realizadas.

2.10 Por dentro do tema

A corrupção é assim definida:

S.f. Dir. Pen. Devassidão, depravação, em suas diversas modalidades; improbidade no trato da coisa pública, na condição ativa ou passiva. CF, art. 85 (V); CP, 196, 218, 271,317, 333; L 2252, de 1.7.1954¹⁴. Ou “[Do lat. Corruptione.] S.f. 1. Ato ou efeito de corromper; decomposição, putrefação. 2. Devassidão, depravação, perversão. 3. Suborno, peita. [Var.:corrupção; sin. Ger.:corrompimento¹⁵].

¹⁴ SIDOU, J.M. Othon. **Dicionário Jurídico**: Academia Brasileira de Letras Jurídicas. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 232.

¹⁵ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda .**Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, 2. ed., revista e aumentada. São Paulo: Nova Fronteira S.A., p. 486.

A Enciclopédia de Ciências Sociais da Universidade de Harvard define corrupção como o mau uso do poder político para propiciar benefícios privados.

É preciso compreender a natureza do fenômeno da corrupção em sociedades desiguais, como a brasileira. Porque, ao compreendê-lo melhor, identificando suas origens sociais e culturais, pode-se combater suas causas com mais clareza.

Com efeito, a presença de corrupção em sociedades caracterizadas por desigualdade social é registrada em pesquisas internacionais e em estudos de entidades científicas. O país que exibe menor grau de corrupção, entre mais de cem países selecionados, é a Finlândia. Ao mesmo tempo, a nação finlandesa se encontra entre as dez primeiras colocadas no Índice de Desenvolvimento Humano-IDH. O Brasil ocupa a 59ª posição no ranking de corrupção e o 79º lugar no IDH.

A desigualdade estabelece patamares diferenciados de poder e não-poder, de desperdício e de escassez. Passa às pessoas a percepção de que a violação de normas legais poderá ser parte integrante da vida. Transmite a sensação de desconcerto que ajuda a construir ambiente propício à corrupção. Como todo crime resulta de cálculo entre o risco da prática do ato criminoso e o benefício que dele poderá advir, o mundo desconcertado estimula o equívoco de que o crime possa compensar¹⁶.

O cerne do problema da corrupção está na possibilidade de se exercer relações de dominação social e econômica. Inspiram-se e são adotadas por meio de práticas clientelistas e patrimonialísticas¹⁷.

Neste contexto, a corrupção é estrutural e permeia as atividades públicas e privadas em sociedades pouco desenvolvidas institucionalmente maduras, a corrupção não assume caráter disseminado entre as instituições.

A diferença entre os dois tipos de sociedade, as institucionalmente maduras e aquelas não maduras, está na existência de relações clientelistas dentro do Estado. Neste caso, as chamadas panelinhas, que aproximam certo número de pessoas, funcionários ou políticos em torno de interesses de grupos, criam condições para surgir manobras de corrupção.

¹⁶ CAVALCANTI, Luiz Otávio, **Como a corrupção abalou o governo Lula**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005, p. 31/32.

¹⁷ Ibidem, p. 38.

O custo econômico da corrupção para o Brasil, segundo estimativas de especialistas citados pela revista Exame (20 de julho de 2005, p.24), é de 2% do PIB brasileiro, correspondendo aproximadamente a R\$ 380 bilhões.

Há avanços institucionais importantes na legislação e no aparelhamento dos órgãos de fiscalização depois de cada escândalo de corrupção. Mas para que esse combate seja eficaz é preciso que haja comprometimento civil por parte da sociedade organizada e ânimo cooperativo de entidades comunitárias.

Combater a corrupção significa fortalecer a estabilidade política e econômica do país. Fortalecer essa estabilidade abrange a adoção, entre outras, de duas medidas principais: conferir cada vez mais transparência às ações do governo e de empresas estatais e exercer cada vez mais controle social sobre a atuação de funcionários sobre a organização de licitações e sobre a execução de contratos.¹⁸

2.11 Da imparcialidade e versões publicadas

Deputado Eduardo Cardozo pergunta: “O comportamento da imprensa em relação aos membros da CPMI foi rigorosamente imparcial?”

A jornalista Denise Rothenburg responde:

O senador Antonio Carlos Magalhães costumava dizer num passado não muito distante que os jornalistas estavam divididos em três grupos: os que adoram o poder, os que preferem presentes e os que gostam mesmo é de notícia. Se o político der presente ou poder para quem gosta de notícia lascou. Numa CPI, são escalados para a cobertura aqueles que adoram notícia e são perdigueiros, ou seja, vão atrás das dicas, querem o melhor furo que puder sair daquela comissão. Todos os jornais escalam seus melhores repórteres investigativos para as CPIs e um outro grupo para fazer a parte política. Ali, o que vale é a notícia. Portanto, o parlamentar que tem notícias a dar sempre é procurado para uma conversa ou dar uma entrevista. Quem não dá notícia acaba, infelizmente, relegado ao segundo plano. Faz parte do jogo.

Senador Romeu Tuma Pergunta: “Tudo aquilo que a imprensa publicou com a certeza da verdade está realmente correspondendo na investigação da CPMI?”

O jornalista Walter Lima responde:

Simples de responder. O que a imprensa está publicando é o resultado do trabalho de investigação da CPMI. Sendo assim, essa dúvida sobre a verdade dos fatos, na realidade deve pairar sobre os atores que receberam a missão do Congresso Nacional de realizar o trabalho de apuração das denúncias. Ou seja: o papel da imprensa é buscar junto as fontes os fatos que irão compor a notícia que será divulgada. E diante do elevado grau de responsabilidade das fontes, geralmente deputados e senadores, entende-

¹⁸ CAVALCANTI, Luiz Otávio, **Como a corrupção abalou o governo Lula**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005, p. 44.

se que essas autoridades estejam repassando informações responsáveis, retratando aquilo que está sendo feito pelos integrantes da CPMI. Se existir questionamento a respeito da certeza da verdade, essa suspeita tem de ficar no meio parlamentar, principalmente sobre os que atuam na CPMI. É o que penso.

Deputado Pompeu de Mattos pergunta: “Qual a opinião que essa mesma imprensa que cobria as ações do PT na oposição, têm agora em relação ao PT governo, em decorrência do que ela imprensa viu na CPMI dos correios?”

O jornalista Fábio Pannunzio responde:

Os jornalistas que cobrem o Congresso Nacional tinham no PT uma espécie de referência ética no passado. A imprensa é uma instituição que legitima os estatutos da política, que se auto-referencia. Nós apenas espelhamos aquilo que se projeta como pensamento hegemônico.

O PT era o partido da correção estrita, da denúncia fácil e do discurso moralista (agora se sabe!). Era assim que acreditávamos as fontes do partido.

Quando a máscara caiu, houve um enorme questionamento sobre a qualificação dessas fontes. Vimos com espanto a sucessão de catástrofes éticas que recaiu sobre o PT. O partido, que tinha na imagem do senador Eduardo Suplicy o seu próprio rosto, de uma hora para outra se transformou em algo que parecia privilégio da chamada "direita brasileira". Foi um assombro. Descobrimos, tardiamente, que fomos enganados ao longo de anos por pessoas que não tinham o capital moral que ostentavam. E recrudescemos nosso ceticismo, exercício que jamais deveríamos ter abandonado.

O PT de hoje é uma sombra difusa do que foi no passado. E, por tudo o que fez, deve entrar na vala comum em que a política apodrece. É uma pena. Se não tivesse sido uma ilusão tão duradoura, talvez o País hoje fosse bem diferente. Estamos todos atônitos e descrentes de que a Política tem soluções a oferecer para a construção de uma sociedade mais justa.

Senador Sibá Machado pergunta: “A imprensa em algum momento tomou partido nesta crise? Essa foi uma inquietação que eu senti por onde andei.”

Jornalista Ana Gabriela Guerreiro responde:

Na minha avaliação, a imprensa não tomou partido na crise. Tentou agir da maneira mais isenta possível, embora em alguns momentos tenha passado a imagem de partidarismo. Isso porque os fatos foram contundentes e muito fortes contra o Partido dos Trabalhadores. É claro que alguns veículos adotaram uma linha mais crítica em relação aos fatos. Mas em linhas gerais, a imprensa brasileira se manteve, sim, vigilante e imparcial aos fatos - como é o comportamento que se espera de veículos sérios e de credibilidade. Tomar partido é algo que vai contra todos os preceitos do jornalismo, e qualquer tipo de parcialidade deve ser combatida com força entre os próprios jornalistas.

A investigação é outra prática que faz parte do cotidiano da imprensa. E como tal, os repórteres foram em busca de novas denúncias e informações. Discordo da versão de que uma "onda de denunciismo" tomou conta da política brasileira durante a crise. É papel do jornalista desvendar novos fatos, e a investigação faz parte da rotina do trabalho da imprensa. Em alguns momentos, pode ter faltado um cuidado maior no trato às informações junto às fontes. Muitos parlamentares adotaram a estratégia de vazarem informações sem fundamento, que acabaram reproduzidas na grande imprensa. Reconheço que esse não foi um comportamento adequado em alguns momentos por certos veículos. Mas em linhas gerais, reafirmo que a

imprensa agiu sem tomar partido político de ninguém, sem perseguições diretas ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Se manteve aos fatos, que sempre satisfazem alguns, e a outros desagradam.

Senador César Borges pergunta: “Porque a imprensa não aprofundou estas investigações quando ela tinha até mais condições do que nós? Já que tem mais liberdade e agilidade, não se prende ao sistema burocrático de funcionamento de uma CPMI.”

Jornalista Eliane Cantanhede responde:

Acho que o senador está sendo injusto, porque a imprensa atuou profunda e decisivamente em todos os momentos da apuração. Em alguns casos, se antecipou à própria CPI. Em outros, noticiou devidamente as apurações da comissão.

Não vejo como dizer que a imprensa "tinha mais condições" de apurar do que a CPI, como diz o senador César Borges. A imprensa tem muitas fontes no Ministério Público, na Polícia Federal, nas empresas públicas, no Congresso e amadureceu muito sua capacidade investigativa desde o fim do regime militar, em 1985. Mas quem tem mais condições, efetivamente, são as CPIs. Por um motivo simples: as quebras de sigilo bancário e fiscal. Esses são pontos decisivos para puxar o novelo e chegar a bons resultados.

Enfim, acho que as CPIs, a imprensa, a PF e o MP fizeram e estão fazendo o possível, mas é um longo e difícil processo. Basta ver que o Maluf está sendo apurado há umas duas décadas!

Deputado Carlos Willian pergunta: “Se os jornalistas conseguem identificar a distinção entre a matéria que produzem e o que o editor autoriza? É uma pergunta fundamental, de curiosidade de um cidadão por um lado e para quem observa atentamente as versões publicadas.”

Jornalista Lucio Vaz responde:

Já tive matérias censuradas em alguns veículos. Nesses casos, sei perfeitamente o limite até onde posso avançar. Sei o que interessa, ou não interessa, ao editor. Procuo fazer a matéria de uma maneira que ela seja publicada, mas sem faltar com a verdade. Se a matéria é barrada integralmente, fico chateado, mas não me deprimos com isso. O jornal não é meu. Quem deve perder o sono é o dono do jornal.

2.12 Por dentro do tema

O jornalismo político passou por grandes mudanças nas últimas décadas. A mais importante delas é que, hoje em dia, a maior preocupação da cobertura é informar o leitor, e não convencê-lo a adotar determinadas idéias.

Hoje em dia, ao contrário, a grande imprensa, de modo geral, tem a preocupação de separar nitidamente a informação da opinião na cobertura política. Nas épocas de campanha eleitoral, os jornais, ainda que apóiem esta ou aquela candidatura na página editorial, tentam manter uma postura equilibrada, dando

espaço semelhante para os principais contendores e evitando demonstrar preferência por sicrano ou beltrano. Muitos diários e emissoras de televisão fazem, por conta própria, controles periódicos do espaço ou do tempo dedicado aos candidatos, de modo a garantir que, no noticiário, sua presença seja eqüitativa ou, pelo menos, proporcional a seu peso no eleitorado. É claro que nem tudo pode ser resolvido, o espaço do alto da página, por exemplo, é mais nobre do que do pé, mas só o fato de existirem tais levantamentos já é indício claro da intenção de fazer uma cobertura equilibrada.¹⁹

Assiste-se, hoje, uma nova onda migratória, agora do papel para a Internet. Por seu baixo custo, alimentação ágil, distribuição instantânea e fácil interação, a Internet vem se firmando como a mídia talhada para a imprensa segmentada e partidarizada. Não basta apenas dar a notícia, é necessário qualificá-la, é preciso explicar, analisar o que aconteceu.

Interpretação e opinião não são a mesma coisa. São semelhantes, porque ambas buscam ir além do fato em si e dar uma explicação a ele. Mas são também muito diferentes. A opinião, no fundo, apenas se alimenta do fato para reafirmar um ponto de vista prévio. Já a interpretação é uma primeira leitura do acontecimento, é uma tentativa de juntas e relacionar seus vários fragmentos no momento em que ele está ocorrendo. A primeira fecha o foco em cima de uma explicação e quer passar certezas. A segunda, ao contrário, busca abrir o leque de possibilidades e sugerir linhas de raciocínio. Uma é taxativa, tem respostas definitivas; a outra é indagativa, no máximo tem idéias preliminares.²⁰

As colunas são os espaços mais nobres de interpretação do noticiário político. Às vezes são também espaços de opinião e de informação. Nos últimos vinte anos, vivemos no Brasil uma democracia: o debate político é livre, as pessoas externam suas opiniões sem temer represálias, a troca de idéias é permanente e não há mais a censura a imprensa. Nessas condições, se determinado jornal sentar em cima de uma informação, provavelmente ela virá à tona de qualquer jeito, por intermédio da concorrência ou da Internet. Hoje é praticamente impossível a qualquer órgão de imprensa ignorar um assunto importante ou tratá-lo

¹⁹ MARTINS, Frankilin. **Jornalismo Político**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 18/19.

²⁰ MARTINS, Frankilin. **Jornalismo Político**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 22.

facciosamente de forma reiterada sem que boa parte da opinião pública se dê conta do que está acontecendo²¹.

Não há uma ética específica no jornalismo, todos buscamos seguir certos valores morais e obedecer a determinados padrões de conduta em qualquer atividade que exercemos. O que varia são situações de risco, os tipos de tentações e pressões, os mecanismos de recompensa e punição.

Os jornalistas antes de tudo devem lealdade à sociedade, que espera receber informação fidedigna, correta e isenta.

Para o jornalista, a opinião pública é importantíssima, pois tem impacto forte e direto sobre os fatos políticos, em especial na atualidade, quando a enorme rapidez na circulação da informação produz reações quase instantâneas aos acontecimentos. Portanto, é imprescindível tomar o pulso da opinião pública e captar seus rumores para entender as possíveis tendências de desenvolvimento da situação.²² Afinal o seu maior chefe sempre será o leitor.

2.13 Da incredulidade

A senadora Heloísa Helena ao ser abordada para participar do projeto disse que não teria nenhum questionamento a fazer.

²¹ MARTINS, Frankilin. **Jornalismo Político**. São Paulo: Contexto, 2005. página 26.

²² MARTINS, Frankilin. **Jornalismo Político**. São Paulo: Contexto, 2005. página 36.

CONCLUSÃO

Do desfecho, os resultados

Deputado Asdrúbal Bentes pergunta: “Qual a avaliação que o jornalista está fazendo, ou faz, da atuação da comissão?” É evidente que para nós, seria um balizador para o seguimento dos trabalhos.

Nilo Barros responde:

Na minha opinião, a CPI dos Correios esteve, desde o início, cercada de um especial cuidado em relação ao fato determinado que a originou. Essa preocupação foi explicitada pelo presidente, senador Delcídio Amaral, e cultivada pelos líderes partidários. Trata-se de importante exemplo para o Congresso Nacional numa época de pesadas discussões sobre exorbitâncias de comissões parlamentares de inquérito.

É fato que houve e há tensão, muitas vezes com exageros de parte a parte (governistas e oposicionistas), mas é visível, na CPI dos Correios, o balizamento pelo bom senso por parte da mesa diretora.

Para os setoristas, jornalistas que cobrem a CPI dos Correios, acho que não houve qualquer complicador para o bom desempenho das atividades. Particularmente, sempre tive toda a atenção da Secretaria das Comissões, de forma que informações técnicas necessárias e documentos públicos sempre me foram prontamente disponibilizados.

Outra observação: É sempre muito difícil o controle sobre o vazamento de informações sigilosas por parte de membros de uma cpi. No caso da dos Correios, houve em meio aos trabalhos um sensível incremento do controle das informações por parte da mesa diretora, o que ajudou e muito no controle do tráfego de documentos sigilosos. Haja vista o acesso restrito a documentos enviados pelos Estados Unidos sobre contas de um dos investigados. Apenas um grupo restrito teve acesso, o que mostra o controle que a mesa tem dos trabalhos do colegiado.

Senador Fernando Bezerra pergunta: “Valeu a pena?”

Carlos Chagas responde:

Valeu. Desde que se formou, a CPI dos Correios coincidiu com a queda de um presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, que renunciou para não ser cassado, acusado de práticas semelhantes àquelas investigadas. Outro ex-presidente da Câmara está sob risco de cassação de mandato. João Paulo Cunha.

Quatro presidentes de partido tiveram de deixar seus cargos, acusados todos de participar das irregularidades: José Genoíno, do PT, Pedro Correia, do PP, Roberto Jefferson, do PTB e Eduardo Azevedo, do PSDB, além de o presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, haver renunciado ao

seu mandato. Líderes de partidos também deixaram as lideranças, como José Janene, do PP, e Paulo Rocha, do PT.

Um chefe da Casa Civil, José Dirceu, teve de exonerar-se e, em seguida, foi cassado. E quanto mais gente, entre Delúbio Soares, Marcos Valério, Silvío Pereira e outros?

Se o país não foi moralizado de vez, e nem será nos próximos trezentos anos, pelo menos empenhar-se em irregularidades ficou mais difícil. Roubar já não é tão fácil, e isso deveu-se à ação da CPI, com ênfase para o relator Osmar Serraglio e o presidente Delcídio Amaral. Sem falar em outras revelações, como Gustavo Fruit, Eduardo Paes, Maurício Rands e Antônio Carlos Magalhães Neto. CPIs não são delegacias de polícia, não podem mandar prender. Também não são Ministério Público, não lhes cabe indiciar ninguém. Muito menos Judiciário, para condenar. Mas prestam, as CPIs, serviços fundamentais à causa democrática, investigando, esclarecendo, desnudando e recomendando.

Está a Câmara dos Deputados na condição de credora das instituições políticas, por haver instalado e feito funcionar a CPI dos Correios. Tomara que a moda pegue.

Deputado Carlos Wilson pergunta: “Se a partir do relatório, indiferente de como ele terminar, se isso valeu para a sociedade, para uma mudança do comportamento político?”

Otto Sarkis responde:

A expectativa de moralização da vida política representada pela chegada de Lula e do PT ao poder frustrou amplos setores da sociedade. As denúncias de "mensalão", resultado da cena do Marinho dos Correios recebendo propina, criaram uma nova expectativa, ainda mais artificial, de uma "faxina" política. De toda forma, no auge a CPI foi uma "catarse" e deixou a impressão de alguma mudança. O resultado final da CPI, relatório Serraglio incluso, vai deixar um gosto amargo, de que muita coisa ficou pelo caminho. Mas a próxima disputa eleitoral pode mostrar mudanças, caso o eleitor se sensibilize negativamente com as campanhas nitidamente milionárias."

Senador Arthur Virgílio pergunta: “Os culpados se esgotaram neste processo? Há mais indícios para serem apurados pelo ministério público? Ela é uma CPMI com resultados e com conseqüências que vão durar mais de 10 anos pela frente?”

Policarpo Junior responde:

Ao que parece, os culpados - ao menos alguns deles - continuarão impunes. O mensalão existiu, alguns deputados já foram cassados, outros renunciaram e a maioria ainda aposta que a coisa acaba em pizza. E acho que eles estão certos em acreditar nesta hipótese. Respondendo objetivamente a pergunta, não. Os culpados não serão apontados nesta investigação. O governo Lula se revelou corrupto, igual aos demais, usando os mesmos métodos e as mesmas artimanhas de manutenção de poder. O Ministério Público deve apurar o enriquecimento do filho do presidente, a história do dinheiro que veio de Cuba para a campanha de Lula, a origem e os destinos dos recursos que abasteceram as contas do empresário Marcos Valério e do publicitário Duda Mendonça. Tudo isso continua em aberto, sem aprofundamento. Sinceramente, não acho que os "resultados" - entendendo isso como ação positiva para evitar a repetição do que foi denunciado - sequer apareçam nas próximas eleições, daqui sete meses. O

caixa dois vai continuar a existir, os corruptos continuarão sendo eleitos e outras CPIs como essa provavelmente serão instaladas para dar satisfação à sociedade e iludir novamente os eleitores. Quantos políticos corruptos estão na cadeia? Nenhum. Collor está por aí, os anões do orçamento da mesma forma, o Delúbio idem, os deputados que renunciaram vão voltar na próxima eleição. Não, não enxergo qualquer efeito positivo para o futuro, muito menos para 10 anos.

Deputada Denise Frossard pergunta: “Houve, ao longo do tempo, mudança na percepção da imprensa sobre os resultados da CPMI? Que expectativa tinha a imprensa no início dos trabalhos e que expectativa teve na fase final?”

Tereza Cruvinel responde :

É um prazer responder à pergunta da deputada Denise Frossard. Cobrir a CPI não foi para mim uma tarefa cotidiana. O jornal O Globo, em que trabalho, tinha uma excelente equipe fazendo a cobertura diária. Mas como colunista dedicada a fazer avaliações diárias do quadro político global, não poderia deixar de acompanhá-la.

Acredito que a imprensa como um todo teve a expectativa de que a CPI chegasse a provas mais cabais de corrupção, no sentido de apropriação de dinheiro público para fins políticos ou de enriquecimento pessoal. Isso não aconteceu: a CPI demonstrou a existência de um monumental caixa dois gerido por Valério-Delúbio, demonstrou a transferência de dinheiro para aliados, mas não o mensalão na forma descrita por Jefferson. E quanto a dinheiro público, não provou cabalmente desvio de recursos dos fundos de pensão. O único caso que assim pode ser caracterizado é o da Visanet. Neste sentido, acredito que alguns jornalistas ajudaram a criar a perspectiva que não se realizou, precipitando a divulgação de indícios como se fossem fatos já apurados. Esperavam, na minha avaliação, descobrir conexões semelhantes às encontradas no caso PC, com o dinheiro do caixa dois (sobras eleitorais, no dizer de PC Farias naquela época) sustentando o luxo de pessoas do núcleo do poder, inclusive o presidente e a primeira dama. Nunca acreditei que isso aconteceria, mas a imprensa investiu muito nesta frente de investigações.

Acredito ainda que os jornalistas mais jovens tenham acreditado que ela levaria ao impeachment do presidente Lula. Este momento esteve próximo quando houve o depoimento de Duda Mendonça à CPI, confessando ter recebido através de conta no exterior. Mas naquele momento a oposição não se animou, seja porque não dispunha de fundamentos jurídicos consistentes, seja porque temeu investir contra um presidente naquele momento muito popular. Depois a popularidade cairia e seria recuperada.

Mas também esta hipótese foi mais alimentada pela imprensa que pela CPI. Acredito que os jornalistas foram se convencendo, a partir do final de 2005, que a CPI não produziria boa parte das provas que prometeu, ou que foram ventiladas (como disse, muitas vezes mais pela imprensa que pela CPI). Persistiram na cobertura mas já não mais com o empenho anterior, de usar a reportagem investigativa como força auxiliar da CPI.

Por dentro do tema

O relatório da CPMI dos Correios

O relatório final da CPMI dos Correios fez 566 convocações, quebrou 365 sigilos de pessoas e de empresas e analisou 4.630 documentos. Ao encerrar seus trabalhos, a CPMI produziu um relatório final de 1.828 páginas, aprovado por dezessete de seus 32 membros. O relatório foi encaminhado ao Ministério Público Federal, que, com base nele, decide se oferece ou não denúncia à Justiça.

O relatório final da CPMI pede a abertura de processo judicial contra 122 pessoas, tendo investigado o mensalão, irregularidades nos Correios e em outras estatais. A decisão sobre o pedido da CPMI é tomada pelo Ministério Público Federal.

Roberto Jefferson é um dos nomes que aparecem no relatório. Pessoas que foram denunciadas pelo ex-deputado também não escaparam da lista, caso de José Dirceu (corrupção ativa), Marcos Valério (falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, tráfico de influência, corrupção ativa, supressão de documento, fraude processual, crimes contra a ordem tributária, peculato, atos de improbidade administrativa), Delúbio Soares (falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, crime eleitoral, peculato) e Silvio Pereira (tráfico de influência). Um a um, todos acabaram caindo após Jefferson apresentar ao Brasil o mensalão, esquema que pagaria R\$ 30 mil mensais a deputados em troca de apoio no Congresso.

O relatório do Ministério Público

O Ministério Público Federal é um órgão independente e não está subordinado a nenhum dos três poderes. Com poderes ampliados pela Constituição de 1988, ele tem a competência para investigar autoridades com foro privilegiado, com parlamentares e o presidente da República.

O procurador-geral Cláudio Fonteles instalou a investigação após a reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* publicou na edição de 6 de junho de 2005 onde o então deputado Roberto Jefferson fazia a denúncia da existência do mensalão.

O procurador-geral da República, Antônio Fernando Barros e Silva de Souza, nomeado pelo próprio presidente Lula segue com o relatório já que Fonteles não foi reconduzido ao cargo de procurador-geral.

Em seus dezoito anos de história, o Ministério Público Federal jamais produziu uma acusação tão demolidora. São 136 páginas devastadoras para o

Partido dos Trabalhadores e para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O documento acusa a cúpula do PT de formar uma “sofisticada organização criminosa”, que se especializou em “desviar dinheiro público e comprar apoio político”, com o objetivo de “garantir a continuidade do projeto de poder” do PT e denuncia quarenta pessoas.

A denúncia do MP, ao descrever a máquina de corrupção que o PT montou dentro do governo, trata seus antigos dirigentes como comandantes de “quadrilha”, uma palavra que o procurador, na sua linguagem direta, usa 21 vezes no documento. O ex-ministro José Dirceu é descrito como o “chefe do organograma delituoso”. José Genoíno, ex-presidente do PT, aparece como o “interlocutor visível da organização criminosa”. Delúbio Soares, o ex-tesoureiro, é o “elo com as ramificações operacionais da quadrilha”. Sílvio Pereira, o ex-secretário, tinha a “função primordial” de distribuir cargos no governo, de onde saíam oceanos de dinheiro público para o PT e outros partidos.

A camarilha dos quatro, segundo a denúncia, compunha o núcleo central do esquema, no qual se concebia o crime.

No plano operacional, esse núcleo central se aliou à “quadrilha” do lobista Marcos Valério e seus sócios, que já tinham experiência no tráfico de dinheiro desde a campanha do tucano Eduardo Azeredo ao governo mineiro, em 1998. O terceiro braço do esquema era formado pelos dirigentes do Banco Rural, que cediam sua estrutura e sua burocracia para a simulação de empréstimos financeiros e a distribuição do dinheiro, em malas, sacolas, envelopes e pacotes²³.

Os números da investigação do Ministério Público não são conhecidos, sabe-se que os procuradores fizeram apurações próprias.

A investigação ainda não foi concluída. Mas já produziu uma peça jurídica chamada “denúncia”, com 136 páginas. A denúncia foi encaminhada ao Supremo Tribunal Federal, porque entre os acusados há autoridades com foro privilegiado. Agora, cabe ao STF dizer se aceita ou não a denúncia. Se aceitar, é aberto um processo judicial.²⁴

O Ministério Público Federal apresentou denúncia contra 40 pessoas. Com base na denúncia do MPF, o STF decidirá se abre ou não processo contra os

²³ VEJA. Todos os Homens do Presidente. São Paulo: Abril, v.39, n. 15, 2006, p. 51.

²⁴ VEJA. Todos os Homens do Presidente. São Paulo: Abril, v.39, n. 15, 2006, p. 53.

denunciados. A denúncia do MP, apesar de tudo o que já representa, ainda é parcial, pois as investigações ainda não terminaram.

A denúncia foi entregue ao Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte do país, e caiu nas mãos do ministro Joaquim Barbosa. O ministro já avisou o país de que o caso não será solucionado antes de 2007.

O presidente Lula, que não teve seu nome citado no relatório nem na denúncia ficou na incômoda situação de explicar como se pôde armar ao seu redor uma quadrilha tão numerosa e organizada.

É cedo para avaliar o impacto que uma denúncia desse porte poderá ter, e obretudo dos desdobramentos na esfera jurídica e política. Existe um sinal eloqüente de um certo amadurecimento institucional. O documento serve como uma necropsia do PT, mas também é arrasador para o presidente Lula, ainda que seu nome não seja mencionado no texto.

Para escapar do processo de cassação, renunciaram os deputados Valdemar da Costa Neto (PL-SP), Carlos Rodrigues (PL-RJ), Severino Cavalcanti (PP-PE), José Borba (PMDB-PR), Paulo Rocha (PT-PA).

Outros 14 deputados resolveram enfrentar o julgamento de seus pares no Plenário da Câmara.

Sandro Mabel (PL-GO), Romeu Queiroz (PTB-MG), Roberto Brant (PFL-MG), Professor Luizinho (PT-SP), Pedro Henry (PT-MT), Wanderval Santos (PL-SP), João Paulo Cunha (PT-SP) e João Magno (PT-MG) foram absolvidos pelo plenário da Câmara e não perderam seus mandatos. Aqui vale lembrar a dança que ficou famosa durante dias no noticiário brasileiro, a comemoração da deputada Ângela Guadagnin conhecida como a Dança da Pizza, uma demonstração de escárnio com a opinião pública e certeza de impunidade dos políticos. Uma cena indigna do posto de representante do povo. José Mentor (PT-SP), Josias Gomes (PT-BA), Vadão Gomes (PP-SP) e José Janene (PP-PR) até o final deste trabalho aguardam parecer do seu processo no Conselho de Ética.

O fato é que a crise produziu um terremoto no palanque do presidente. Parece evidente que as forças que se agrupariam sob a candidatura Lula antes da crise seriam de uma natureza bem diferente do que as que se envolveriam no mesmo projeto, após os acontecimentos de 2005.

O significado histórico dessa mudança não é pequeno. O mais carismático líder operário de toda a História do Brasil foi forçado, por uma contingência política, a

mudar radicalmente seu espectro de alianças e adquirir novos compromissos. Tudo por conta de um escândalo político²⁵.

O partido dos trabalhadores que construiu sua trajetória na diferença buscou sobreviver invocando uma semelhança com todas as atitudes que sempre condenou.

O PT introduziu um sofisticado mecanismo de cooptação de parlamentares, seja em torno de votações no Congresso, seja em torno de alianças políticas para eleições municipais.

Toda vez que um país enfrenta momentos como os vividos na crise de 2005, com grave turbulência política, a sociedade como um todo amadurece. No caso brasileiro, foi mais um grande teste da democracia, que saiu dessa crise solidificada.

No fundo, os brasileiros estão perplexos com a corrupção, frustrados com a esperança política jogada fora e tontos com as incertezas sobre o futuro coletivo.

Dentro de algum tempo, toda a torrente de acontecimentos vividos pelos brasileiros em 2005 fará parte de um rodapé da História.

Algumas providências podem ser tomadas nesta próxima eleição para reagir a todo esse ocorrido.

Reduzir o custo das campanhas eleitorais, aumentar a pena para os que cometem delitos como o caixa dois e criação de incentivos fiscais para que as empresas façam doações legais.

Enfrentar a corrupção e punindo corajosamente os culpados. É identificar formas de aperfeiçoar a legislação fiscal e financeira. A criação do COAF- Conselho de Controle de Atividades Financeiras foi um avanço importante. É preciso avançar mais e criar modos de melhor acompanhar e controlar os atos do administrador público.

Este projeto contou uma parte da História do país, onde foi pautado por parlamentares, que com suas perguntas fizeram a espinha dorsal do projeto. As respostas dos jornalistas trouxeram as opiniões e diversas visões dos acontecimentos nos últimos onze meses.

Espera-se que daqui para frente o andamento político do país tenha sofrido algum tipo de impacto com todos os fatos relacionados com tipos de corrupção e desvios de conduta nos últimos anos. Espera-se também que o brasileiro tenha

²⁵ CAMAROTTI, Gerson, DE LA PEÑA Bernardo. **Memorial do escândalo**: os bastidores da crise e da corrupção no governo Lula. São Paulo: Geração Editorial, 2005, página 260.

aprendido alguma coisa e que com esse aprendizado consiga fazer alguma mudança nas urnas nas eleições de outubro.

Até hoje, não se sabe se o presidente sabia ou não sabia da existência do mensalão, mas a verdade dos fatos mostra que ele realmente existiu. Alguns já foram identificados e punidos no processo. Agora cabe ao povo brasileiro fazer a sua tarefa e tentar de certa forma, mudar o parâmetro da política nacional, e isso, se dará nas urnas.

REFERÊNCIAS

ATTUCH, Leonardo. **A CPI que abalou o país: os bastidores da imprensa e os segredos do PT.** São Paulo: Futura, 2006.

CAMAROTTI, Gerson, DE LA PEÑA Bernardo. **Memorial do escândalo: os bastidores da crise e da corrupção no governo Lula.** São Paulo: Geração Editorial, 2005.

CAVALCANTI, Luiz Otávio, **Como a corrupção abalou o governo Lula.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa,** 2. ed., revista e aumentada. São Paulo: Nova Fronteira S.A.

HIPPOLITO, Lucia. **Por dentro do governo Lula: Anotações num diário de bordo.** 2. ed. São Paulo: Futura, 2005.

MARTINS, Frankilin. **Jornalismo Político.** São Paulo: Contexto, 2005.

RODRIGUES, Malena Rehbein. **Imprensa e Congresso ou Como a mídia pauta a política.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

SIDOU, J.M. Othon. **Dicionário Jurídico:** Academia Brasileira de Letras Jurídicas. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003

SOARES, José de Ribamar Barreiros. **O que faz uma comissão parlamentar de inquérito.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

VEJA. Todos os Homens do Presidente. São Paulo: Abril, v.39, n. 1, 2006.

VEJA. Todos os Homens do Presidente. São Paulo: Abril, v.39, n. 19, 2006.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** Lisboa: Presença, 1987.

Página da internet:

Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 14 fev. 2006